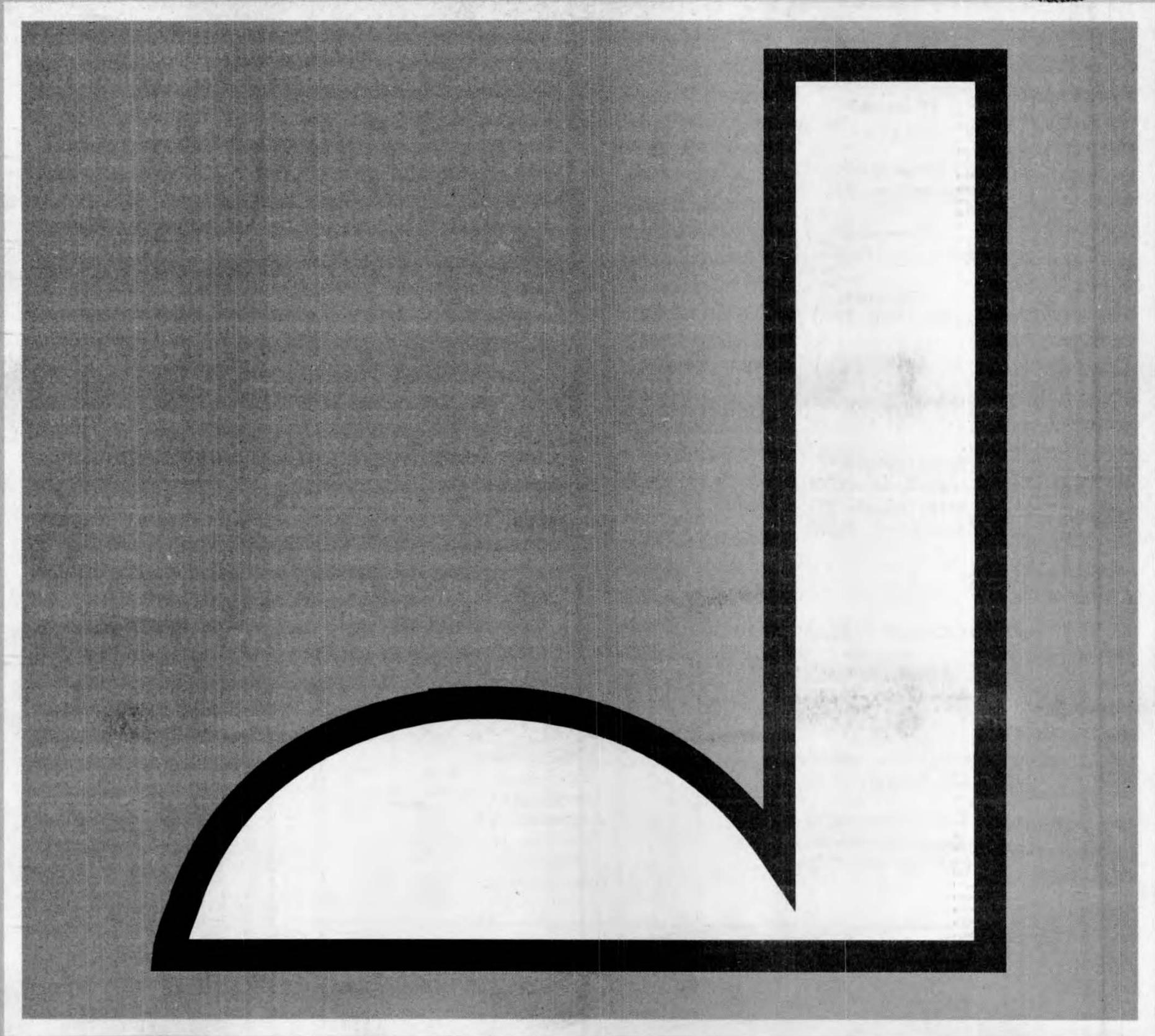


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 149

TERÇA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1997

BRASÍLIA -DF

EXEMPLAR ÚNICO

<p><b>MESA</b> <b>Presidente</b> Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p><b>1° Vice-Presidente</b> Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p><b>2° Vice Presidente</b> Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p><b>1° Secretário</b> Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p><b>2° Secretário</b> Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p><b>3° Secretário</b> Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p><b>4° Secretário</b> Lucidio Portella - PPB - PI</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p>1° - Emília Fernandes(*) - RS 2° - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3° - Joel de Hollanda - PFL - PE 4° - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p><b>Corregedores - Substitutos</b> (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1° - Ramez Tebet - PMDB - MS 2° - Joel de Hollanda - PFL - PE 3° - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b></p> <p>(Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emília Fernandes - (*) - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p><b>Vice-Líderes</b> José Roberto Arruda - PSDB - DF Vilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b></p> <p><b>Líder</b> Hugo Napoleão</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Edison Lobão Francelino-Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b></p> <p><b>Líder</b> Jáder Barbalho</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b></p> <p><b>Líder</b> Sergio Machado</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</b></p> <p><b>Líder</b> José Eduardo Dutra</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPB</b></p> <p><b>Líder</b> Epitacio Cafeteira</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Leomar Quintanilha Esperidião Amim</p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB</b></p> <p><b>Líder</b> Valmir Campelo</p> <p><b>Vice-Líder</b> Odacir Soares</p>
--	---	---

(\*) Sem partido

Atualizada em 20/8/97

EXPEDIENTE		
<p><b>AGACIEL DA SILVA MAIA</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p>	<p><b>RAIMUNDO CARREIRO SILVA</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p>	<p><b>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</b></p>
<p><b>CLAUDIONOR MOURA NUNES</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p>	<p><b>MANOEL MENDES ROCHA</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p>	<p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
<p><b>JÚLIO WERNER PEDROSA</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>DENISE ORTEGA DE BAERE</b> Diretora da Subsecretaria de Taquígrafia</p>	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 109ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE AGOSTO DE 1997

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *BERNARDO CABRAL* – Comemoração do Dia do Soldado. .... 17261

SENADOR *BELLO PARGA* – Alto índice de aprovação e popularidade do Governo do Maranhão, sob o comando da Sra. Roseane Sarney, de acordo com pesquisas da IstoÉ/Brasmarket e do Ibope. .... 17263

SENADOR *EPITACIO CAFETEIRA* – Protesto das prefeituras dos municípios do Maranhão, que vão cerrar suas portas no próximo dia 27, por 24 horas, visando sensibilizar o País para a grave crise financeira em que se debatem. .... 17266

SENADOR *GUILHERME PALMEIRA* – Considerações a respeito da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1997, cujo 1º signatário é o Sr. Waldeck Ornelas, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências. .... 17267

SENADOR *LÚDIO COELHO* – Solidariedade ao pronunciamento do Sr. Bernardo Cabral em comemoração ao Dia do Soldado. Preocupação com obras de cunho eleitoral, prestes a serem desencadeadas por governadores, conforme denuncia a imprensa, um paradoxo à rolagem das dívidas estaduais e municipais em curso no Senado. .... 17269

SENADOR *OSMAR DIAS* – Anunciando a primeira reunião da Comissão Especial Temporária destinada a analisar as possíveis providências a serem adotadas para combater efeitos catastróficos previstos por técnicos para este ano, como consequência do fenômeno climático "El Niño". Premência da interiorização do desenvolvimento. .... 17270

SENADOR *BELLO PARGA* – Repercussão, nos estados vizinhos, da excelente administração da Governadora Roseane Sarney, do Maranhão, explicitada no artigo "O Maranhão tem

qualidade total", publicado no jornal *Meio-Norte*, de ontem. .... 17273

##### 1.2.2 – Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Resolução nº 51, de 1996-CN, que institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro e dá outras providências. .... 17274

Ofício "S" nº 63, de 1997 (nº 2.500/97, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Prefeito do Município de São Paulo, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo – LFTM-SP, destinados ao giro da Dívida Mobiliária do município, vencível no 2º semestre de 1997 (Projeto de Resolução nº 107, de 1997). .... 17285

##### 1.2.3 – Ofícios

Nº 83/97, de 18 do corrente, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a deliberação daquela Comissão no sentido de encaminhar a Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera o art. 46 da Constituição Federal, ao exame da Comissão Temporária destinada a estudar a reforma político-partidária. .... 17287

Nº 80/97, de 8 do corrente, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, encaminhando as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21 e 27, de 1996, que tramitam em conjunto, tendo como primeiros signatários, respectivamente, os Senadores José Ignacio Ferreira e Odacir Soares, em virtude de requerimento deferido por aquela Presidência, de retirada da primeira proposição. .... 17287

##### 1.2.4 – Comunicações da Presidência

Arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1996, devendo a Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 1996, que com ela tramitava em conjunto, ser remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento de sua tramitação, nos termos do Ofício nº 80/97-CCJ, lido anteriormente. .... 17287

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Resolu-

ção nº 51, de 1996-CN, cujos pareceres foram lidos anteriormente.....	17287	ras e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. ....	17288
Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 107, de 1997, constante de parecer lido anteriormente.....	17288	1.3 – ENCERRAMENTO	
Recebimento do Ofício nº 77/97, de 18 do corrente, da Diretoria de Crédito Público da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, encaminhando a documentação referente à oferta de títulos emitidos no último dia 15.....	17288	2 – ATA DE COMISSÃO	
Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária do próximo dia 27, será dedicado a reverenciar a memória do ex-Presidente Getúlio Vargas, pela passagem do 43º aniversário de seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 572, de 1997, da Senadora Emília Fernandes e outros Senadores, continuando abertas as inscrições para a referida homenagem.....	17288	40ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1.101, de 1996-SF, destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996.....	17288
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 ho-		3 – MESA DIRETORA	
		4 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		5 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
		7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

## Ata da 109ª Sessão Não Deliberativa em 25 de agosto de 1997

### 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Lúdio Coelho e Bello Parga*

*(Inicia-se a sessão às 14h30)*

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, por cessão do Senador Carlos Patrocínio, por 20 minutos.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, comemora-se hoje em nosso País o Dia do Soldado. Claro que a data merece um registro, a fim de que a população sinta que há movimento muito grande neste País para silenciar, esmaecer, reduzir o tripé para o qual o soldado é encaminhado: a disciplina, a hierarquia e a obediência.

Quis logo, Sr. Presidente, para que ficasse registrado nos Anais da Casa, trazer um pronunciamento que fosse revestido de autoridade para a data. E só poderia fazê-lo por meio de quem conviveu, convive e dedicou parte da sua vida no meio dos soldados.

Por isso, registro que este pronunciamento é resultado de uma pesquisa feita pelo Coronel Nilton Lampert, que me dá a honra de ser meu assessor técnico, ex-comandante do Centro de Instruções de Guerra na Selva, casado com uma amazonense, conhecedor do problema da região, onde, sem dúvida alguma, pela sua inclemência, o soldado é ainda mais soldado.

O texto, Sr. Presidente, é o seguinte:

"Ao reverenciar o Dia do Soldado, estamos homenageando o homem brasileiro na sua dedicação à Pátria e no seu desprendimento em servir à Nação. Jovens brasileiros das diversas regiões do País dedicam-se à importante tarefa de prestar o serviço militar, na certeza de que estão iniciando a conquista da cidadania.

Simples, modestos, esperançosos, idealistas, lá vão eles diariamente para seus quartéis com a satisfação e o orgulho de estarem seguindo o exemplo de Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, expressão maior e símbolo do soldado brasileiro.

Caxias, que se destacou na conturbada fase de consolidação do Estado Brasileiro como um dos baluartes da pacificação das províncias, conseguiu, com seu descortino invulgar, consolidar a paz interna e contribuir para que nenhum dos movimentos deflagrados, ora nas regiões Norte e Nordeste, ora na região Sul do País, se convertessem em fragmentações do País.

Pacificador, estadista, político, Caxias conseguiu, ao longo de sua existência, um papel extraordinário na História do Brasil. A obra desse grande brasileiro tem sido reconhecida por historiadores brasileiros e abordada pelos vários ângulos da sua trajetória de vulto.

Poderíamos aqui escolher qualquer uma delas e, por certo, estaríamos sendo justos e fiéis ao seu proffícuo trabalho patriótico. Entretanto, hoje preferimos nos fixar no que mais caracterizou esse ilustre brasileiro em toda a sua existência. Era um soldado naquilo de mais puro que representa a servidão à Nação.

Após uma vida cheia de realizações e vitórias, decidiu retirar-se da vida pública e isolar-se na simplicidade da sua casa no Município de Vassouras, onde o seu aposento, dentre todos, era o mais singelo e tinha como únicas riquezas a vista de um pequeno riacho e o nascer do sol.

Soldado simples, desprovido de vaidades e ambições, exigiu que fosse levado à última morada pelas mãos simples e caleçadas de soldados 'rasos'.

Prestando essa homenagem no Senado Federal é oportuno lembrar e destacar

que os soldados, nos dias atuais, continuam fiéis ao legado do Duque de Caxias, defensor intransigente das instituições, da lei e da ordem. Como aconteceu recentemente durante a rebelião de policiais militares, em alguns Estados do País, os nossos soldados deixaram patenteado para toda a Nação que a disciplina e a hierarquia são apanágios inseparáveis da profissão de soldado. Sua atuação foi simples, discreta e determinante para a manutenção da ordem e dos poderes constituídos, como determina a nossa Constituição.

Para finalizar essa justa homenagem, deixo a carta de Moniz Barreto ao Rei de Portugal, escrita no fim do Século XIX, porém bem atual no seu conteúdo, que retrata com justeza o homem das armas:"

Antes de colocar o teor da carta, devo enfatizar que ele foi pinçado, corrigido pelo Coronel Nilton Lampert exatamente na fonte, daí o valor da transcrição:

"Senhor, uma das casas existem, no Vosso reino onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta, se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, se deitam, obedecendo. Da vontade fizeram renúncia como da vida. Seu nome é sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico. Seus pecados mesmo são generosos, facilmente esplêndidos. A beleza de suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de a celebrar. Quando eles passam juntos fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares..."

Corações mesquinhos lançam-lhes em rosto o pão que comem; como se os cobres do pré pudessem pagar a liberdade e a vida. Publicistas de vista curta acham-nos caros demais, como se alguma coisa houvesse mais cara que a servidão. Eles, porém, calados, continuam guardando a Nação do estrangeiro e de si mesma. Pelo preço de sua sujeição, eles compram a liberdade para todos e defendem da invasão estranha e do jugo das paixões. Se a força das coisas os impede agora de fazer em rigor tudo isto, algum dia o fizeram, algum dia o farão. E, des-

de hoje, é como se o fizessem. Porque, por definição, o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai a coragem, e à sua direita, a disciplina".

**O Sr. Eptacio Cafeteira (PPB-MA) - V. Exª** me concede um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM) -** Concedo o aparte a V.Exª com prazer.

**O SR. Eptacio Cafeteira (PPB-MA) -** Nobre Senador Bernardo Cabral, V. Exª faz em seu discurso no Dia do Soldado a apologia daquele que dedica sua vida à defesa do País e de suas instituições. Quero aproveitar para registrar que o assunto é importante e tem de ser examinado diante do atual quadro brasileiro. Proponho-me a, amanhã, fazer um pronunciamento a respeito desse assunto, porque, pela primeira vez, vimos uma greve dos policiais militares, ou seja, daqueles que estão incumbidos de manter a ordem. E não são muito diferentes os problemas da Polícia Militar e das Forças Armadas. Registro que, durante o Governo Militar, eu era do MDB; portanto, minha posição era de resistência. O Governo Federal e todos nós temos a obrigação de refletir sobre o que está acontecendo neste País. Sabemos que os militares têm famílias que precisam ser alimentadas; seus estômagos e os de suas famílias reclamam, naturalmente, quando o soldo é insuficiente. Eles têm uma dignidade a defender. O Senhor Presidente da República deve saber da comoção que existe dentro das nossas Forças Armadas. É preciso fazer um discurso em que se deixe claro que a disciplina, mencionada nessa carta, é a "tampa da panela de pressão" que está sustentando toda a tensão nos quartéis deste País. Parabéns a V. Exª.

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM) -** Tem V. Exª razão: ela é a "tampa do caldeirão", porque, neste País, as coisas não são devidamente examinadas sob o ângulo da racionalidade, mas sempre da emocionalidade, que tantas vezes vem cercada de demagogia.

Há aqueles que buscam a ponta imediata, como se o dia de hoje tivesse de ser cuidado, e não o dia de amanhã. Aliás, isso é que faz a diferença entre o político e o estadista.

V. Exª deve estar lembrado de que, há cerca de dez meses, eu alertava para o problema do Movimento dos Sem Terra, fazendo uma análise dos dois lados. A propósito, está presidindo a sessão o Senador Lúdio Coelho, que, àquela altura, cumprimentava-me porque eu dizia que uma ação levaria a uma reação: os donos das terras acabariam encurralados

e teriam, sem dúvida, uma manifestação em sentido contrário. Na ardência dos acontecimentos, nada foi feito.

Amanha, ouvirei V. Ex<sup>a</sup>. Serei um dos que estarão a postos, porque também voltarei a este assunto. É uma questão séria demais para que fiquemos indiferentes. Devemos tomar conta daquilo de que o País precisa. V. Ex<sup>a</sup> retoma o assunto: hierarquia e disciplina.

**O Sr. Guilherme Palmeira (PFL-AL)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Com prazer, ouço o nobre Senador Guilherme Palmeira.

**O Sr. Guilherme Palmeira** – Senador Bernardo Cabral, é louvável a lembrança de V. Ex<sup>a</sup> nesta homenagem que presta ao Exército brasileiro. Ele muito a merece. V. Ex<sup>a</sup> recorda o grande símbolo do Exército brasileiro não só como o grande guerreiro das guerras, mas também como o guerreiro da paz. Isso é o que desejamos seja o Exército e as Polícias brasileiras. O tema que V. Ex<sup>a</sup> bem abordou deve ser realmente debatido, não apenas com base na emoção dos episódios que levou o País a uma semicrise nessa área. E nada mais positivo e real do que essa carta de Caxias, que prega a ação e a força do Exército não em busca da guerra, mas da paz e da tranquilidade. É nisso que devemos meditar, daí a oportunidade do seu pronunciamento pelo Dia do Soldado – que também é um dia do Brasil –, no qual precisamos reverenciar figuras como Caxias. E volto-me para Alagoas, tão sofrida e malsinada ultimamente, que ofereceu ao Exército brasileiro duas grandes figuras, como Deodoro e Floriano, e tantos outros alagoanos que lutaram pelo Brasil e pela paz. Imbuído desse propósito, também louvo o aparte do Senador Epitácio Cafeteira, nesta hora de homenagens e, também, de alertas. Nesta Casa da moderação, estaremos alerta e dispostos a ajudar a encontrar uma solução pela paz em nosso País. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM.)** – Senador Guilherme Palmeira, veja V. Ex<sup>a</sup> como a vida é curiosa. Em 1964, eu era Deputado Estadual, quando se deu o acontecimento de 31 de março, ou de 1º de abril, como querem alguns, no sentido de fazer restrições a esse movimento.

De 1964 até 1966 – nesse ano fui candidato a Deputado Federal-, quando se lembravam o 31 de março e o Dia do Soldado, havia sempre uma fileira enorme de oradores a tecer loas ao Exército brasileiro. Depois, na Câmara dos Deputados, nos anos de 1967 e 1968, também ouvi muitas loas. Os oradores desfilavam e diziam maravilhas do Governo Militar.

Hoje, tantos anos passados, quem vem para a tribuna é um cidadão que foi cassado por esse Governo, que perdeu 10 anos de direitos políticos e o seu lugar de professor, mas não perdeu a consciência de registrar aquilo que vale a pena, porque foi o Governo Militar, na minha terra, no meu Estado, por meio do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que criou a Zona Franca de Manaus e permitiu que hoje tivéssemos ali um Estado à altura dos demais irmãos deste País.

Ora, se isso é verdade, se V. Ex<sup>a</sup> teve no seu Estado dois grandes militares, este Senado tem outros grandes Senadores por Alagoas: seu pai, Senador Rui Palmeira, com quem convivi, e V. Ex<sup>a</sup>, que agora honra as hostes do Partido da Frente Liberal.

De modo que as coincidências são grandes, Senador. O que importa é que estamos prestando uma homenagem a uma instituição que resulta no soldado; nesse soldado desconhecido que vai sempre à frente, sem saber o que o aguarda. Nós, na sua retaguarda, é que temos a obrigação de reconhecer o seu valor.

Este valor, Presidente Lúdio Coelho, faço questão de registrar. Desejo que V. Ex<sup>a</sup> me permita concluir com este requerimento. Peço-lhe que o defira, enviando este pronunciamento ao General Comandante da nossa Região Militar, que me parece mais próximo para o soldado, ou quem suas vezes melhor fizer, dando conhecimento de que, nesta tarde, quem foi cassado pelo Governo militar reconhece que o soldado merece o nosso aplauso. E esse soldado está revestido na figura de Duque de Caxias.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho)** – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental, Senador Bernardo Cabral.

Concedo a palavra ao Senador Bello Parga por permuta com o Senador Francelino Pereira.

**O SR. BELLO PARGA (PFL-MA)** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, traço característico da conjuntura atual do nosso País é – podemos assim dizer – o descrédito com que os políticos são vistos, especialmente aqueles que exercem mandato parlamentar.

Efetivamente, a imprensa não se cansa de vergastar a nós, representantes do povo, com ou sem razão. É certo que a quase totalidade dos meios de comunicação social são inclementes para conosco. Eri-gem-se em tutores da moralidade, da ética e não se cansam em nos apontar como transgressores das normas da moralidade e da ética política e parlamentar.

Portanto, Sr. Presidente, não seria de admirar que a população de um modo geral nos olhasse até com animosidade, dadas essas manifestações constantes nos jornais. No entanto, para alegria minha – e acredito de todos nós, Parlamentares no âmbito federal e nas esferas estadual e municipal –, foram realizadas pesquisas de opinião pública por instituições abalizadas e autorizadas nesse mister que não chegam a essa conclusão que seria de se esperar.

A classe política não está desmoralizada como querem fazer supor. E fundamento disso, Sr. Presidente, com o que foi publicado, que teve de ser publicado, que não poderia deixar de ser publicado na imprensa nesses últimos dias.

Início minha argumentação citando duas pesquisas de âmbito nacional: uma pesquisa nacional feita pela revista **IstoÉ** e pela empresa Brasmarket, na última semana do mês de julho, em que foram ouvidas, em todo o País, 16.160 pessoas. Vejam bem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: nessa pesquisa nacional sobre a situação dos atuais Governadores de Estado, verificou-se que, dos vinte e sete Estados, vinte estão com grau de aprovação superior a 50%. Para gáudio particular meu, o Governo do Maranhão está em oitava colocação em ordem decrescente, com um índice de 66,7%.

Esse percentual ou grau de aprovação é estabelecido, segundo as técnicas de pesquisa, pelas notas "ótimo", "bom" e "regular". Na análise do critério "grau de popularidade", foram aproveitadas somente as classificações "ótimo" e "bom", pois muitas vezes a aprovação não está intimamente ligada à popularidade, uma vez que há Governadores com sua maneira de governar e suas medidas administrativas plenamente aceitas, mas, por uma razão ou outra, não são pessoas populares. Quanto ao "grau de popularidade", então, a Governadora do Estado do Maranhão fica em 6º lugar, com 44,4%, segundo a pesquisa **IstoÉ/Brasmarket**, feita em âmbito nacional.

Sr. Presidente, referindo-me à segunda pesquisa, do Ibope – talvez o mais credenciado dos institutos, além de ser o que analisa os dados com maior abrangência –, que, atendendo solicitação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), efetuou pesquisa nacional somente nas capitais, nos dias 08 a 12 de agosto. Estabeleceram-se várias questões, sendo que, na Capital de meu Estado, São Luiz, ouviram-se 400 pessoas, na faixa etária de 16 a mais de 45 anos, das quais 186 eram homens e 214, mulheres.

O primeiro item da referida pesquisa estabeleceu uma avaliação das medidas administrativas postas em prática, que correspondeu à seguinte pergunta: "Como

classifica até o momento a administração da Governadora Roseana Sarney?". As respostas foram estas: "ótima" – 16% e "boa" – 39%. A soma dessas duas, que estabelece o "grau de popularidade", atinge 55%. Se a isso acrescentarmos os que consideram a administração regular, que são 38%, esse índice, que passa a ser "Índice de aprovação", estabelece-se em 93%. Houve desaprovação na cifra de 2% e 5% não quiseram ou não souberam opinar.

Em seguida, a pesquisa passa a fazer uma avaliação do desempenho global do Governo. Os consultados disseram, em 76% dos casos, que aprovavam essas medidas; 21% desaprovaram totalmente as medidas governamentais. Não souberam ou não quiseram opinar apenas 3%.

Frise-se que esses 76% de aprovação são confirmados pela própria estrutura da pesquisa, pois 77% dos homens e 76% das mulheres aprovaram. Há uma coerência nos dados.

A pesquisa procurou estabelecer o "grau de confiabilidade" do Governo do Estado do Maranhão com a seguinte pergunta: "Confia ou não confia na Governadora?" Setenta e um por cento responderam que confiam, contra 26% que disseram que não confiam. O restante, 3%, são aqueles que não sabiam ou não quiseram opinar. Está-se vendo, pela forma como as perguntas foram feitas, que elas se entrelaçam e que os resultados são muito homogêneos.

A pesquisa procurou fazer o balanço dos resultados apresentados pelo Governo do Estado do Maranhão até o momento e estabeleceu alguns itens para que houvesse uma consistência nesses dados. Aqueles que acham que o Governo do Estado do Maranhão, a Governadora, só obteve acertos; exclusivamente acertos foram 17%. Mas outro item da pesquisa perguntou se houve mais acertos do que erros, ao que responderam "sim" 61%. Quer dizer, houve um saldo positivo em favor da Governadora do meu Estado em "somente acertos" e "mais acertos do que erros". Agora, houve saldo negativo? Sim, houve, porque aqueles que acharam que havia mais erros do que acertos foram 13%, e aqueles que não perdoaram, que consideram que houve somente erros do Governo foram 5%, Sr. Presidente, sendo que esse saldo negativo, que é a soma de "mais erros do que acertos" mais "somente erros", foi de 18%.

Finalmente, dado esse grau de confiabilidade, esse nível de aprovação do Governo, a última questão posta aos que foram inquiridos foi sobre as diretrizes governamentais estabelecidas pela Governadora, que promoveu austeridade fiscal, promoveu o Programa de Demissão Voluntária; enxugou a má-

quina do Estado, privatizou empresas, entre outras coisas necessárias e em comum com a política que o Governo Federal realiza em nosso País, com o nosso apoio aqui no Senado.

Perguntou-se então o seguinte: "O Estado do Maranhão está no caminho certo ou no caminho errado?" Foi bastante clara e positiva essa questão. Responderam que o Governo do Maranhão está no caminho certo 68% dos consultados, e que está no caminho errado apenas 24%. Sendo de se assinalar que esses que acham que o caminho está certo representam, em 38 pessoas, 28 "sim" e apenas 10 "não". Foram esses os índices dos indicadores políticos que essas pesquisas apresentaram, casando-se exatamente ambas as pesquisas, feitas por empresas distintas.

Dessa maneira, na qualidade de representante do povo maranhense, mais do que simples correligionário da Governadora, sinto-me satisfeito por ver que o esforço que se empreende em nosso Estado está sendo compreendido pela população maranhense, notadamente pela população da capital.

**O Sr. Osmar Dias (PSDB-PR)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Bello Parga?

**O SR. BELLO PARGA (PFL-MA)** – Ouço o nobre Senador Osmar Dias.

**O Sr. Osmar Dias (PSDB-PR)** – Senador Bello Parga, V. Ex<sup>a</sup> faz uma análise circunstanciada da pesquisa e nesse sentido quero apenas fazer um comentário: entendo que é obrigação do Congresso Nacional proibir a divulgação de pesquisas um mês antes das eleições. Há um festival de pesquisas em meu Estado, e creio que no País todo, onde a variação de números é tão grande que confunde a opinião pública e pode, com sua divulgação um mês antes das eleições, induzir o eleitorado. Em meu Estado, a mesma pesquisa coloca o Governador em 10<sup>o</sup> lugar. Existe uma tradição no Paraná: os Governadores estão sempre colocados entre os três primeiros do País, porque a população é bastante generosa com seus governantes. Mas hoje está em 10<sup>o</sup> lugar, com apenas 30,3% da soma entre "ótimo" e "bom". Ocorre que, quando o Governo do Paraná paga um instituto para realizar a pesquisa, atinge quase a unanimidade, 85%, 90%, como se estivéssemos falando de algo sagrado, divino. Não digo com isso que todas as pesquisas sejam fraudadas ou que não mereçam crédito. Mas é preciso que estabeleçamos critérios, sobretudo quanto à divulgação de pesquisas. Quando o nome do Governador é colocado para Presidente da República, o que é uma antiga pretensão de S. Ex<sup>a</sup>, aparece atrás do Sr.

Enéas, com 1,9%. Portanto, as pesquisas do Palácio do Iguazu são muito diferentes das pesquisas divulgadas na revista *IstoÉ* da última semana. Agradeço a oportunidade, Senador Bello Parga.

**O SR. BELLO PARGA (PFL-MA)** – Nobre Senador Osmar Dias, efetivamente, como em tudo que é humano, há distorções e desvios no resultado das estatísticas. Mas gostaria de frisar apenas um ponto, concordando com V. Ex<sup>a</sup>: o de que as pesquisas, no que se refere ao período eleitoral, devem ter uma regulamentação, a fim de evitar que elas possam induzir o eleitorado a erro por causa da divulgação, por técnicas falsas ou por técnicas de persuasão subliminares.

Mas não é disso que trato no momento, porque essas pesquisas não são locais, não são do Estado do Maranhão. A propósito, temos lá uma empresa de pesquisas que é bem confiável, a Econométrica, uma empresa local. Tomei conhecimento dessas pesquisas pelos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*. Não cito *O Estado do Maranhão* porque é um jornal que tem linha editorial de apoio ao Governo, mas *O Imparcial*, que é dos Diários Associados, e que, nada obstante a presença do nobre Senador Epitacio Cafeteira, presumivelmente, é imparcial. E essas pesquisas são feitas, uma, por encomenda da Confederação Nacional da Indústria, e outra, pela própria revista *IstoÉ*, também de circulação nacional. Então não seria o caso.

**O Sr. Epitacio Cafeteira (PPB-MA)** – Senador Bello Parga, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. BELLO PARGA (PFL-MA)** – Ouço o nobre Senador Epitacio Cafeteira, sempre com prazer.

**O Sr. Epitacio cafeteira (PPB-MA)** – Nobre Senador Bello Parga, V. Ex<sup>a</sup> falou nos dois matutinos. Diria que a diferença entre os dois não é que um apóia o Governo e o outro não. É que um é da Governadora e o outro se diz independente, mas sempre apoiou o Governo. Mas fico feliz de ver a felicidade de V. Ex<sup>a</sup> e de pensar que a sua alegria é uma continuação da alegria da Governadora, porque isso me acalenta e me diz que S. Ex<sup>a</sup> realmente vai disputar a reeleição e que, portanto, vou ter a oportunidade de ir ao tira-teima. Até hoje a Governadora diz que ainda não se decidiu se vai ou não concorrer. Mas diante de uma pesquisa tão boa como essa, acho que S. Ex<sup>a</sup> não pode se recusar a disputar uma eleição. Entretanto, quanto às pesquisas, li uma frase uma vez muito importante: "Pesquisa é como biquíni, que mostra muita coisa, mas esconde o essencial."

**O SR. BELLO PARGA (PFL-MA)** – Agradeço ao nobre Senador Epitacio Cafeteira pelo seu bem-humorado aparte.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de assinalar, no que S. Ex<sup>a</sup> asseverou, que essas pesquisas não foram encomendadas pela Governadora, nem pelo Governo do Estado, nem por qualquer outra entidade a S. Ex<sup>a</sup> ligada. Todavia servem como indicadores de rumo para suas ações administrativas, para as medidas que S. Ex<sup>a</sup> vier a tomar. Acredito que elas possam mudar, mais adiante, daqui a um ano, porque pesquisas são um instantâneo, nobre Senador Epitacio Cafeteira, e no momento são francamente favoráveis. Não podemos fugir de três alternativas: ou S. Ex<sup>a</sup> estará em melhor situação ou na mesma ou em pior situação. Então, só mais adiante, a Governadora poderá tomar essa decisão.

Portanto, não é disso que se trata. Mesmo porque – já que V. Ex<sup>a</sup> citou a reação da Governadora – S. Ex<sup>a</sup> encarou isso com muita maturidade, muita sobriedade. Vou ler as palavras de S. Ex<sup>a</sup> no tocante a isso, quando indagada pelos jornalistas. Palavras da Governadora Roseana Sarney:

"É reconfortante saber que a população aprova o trabalho do meu Governo. Isso compensa o enorme esforço que eu, como governadora, e toda a minha equipe fazemos todos os dias para manter a eficácia da administração estadual, planejando cuidadosamente cada ação, aplicando corretamente cada centavo do dinheiro público para proporcionar uma vida melhor para o povo.

Esse reconhecimento da parte do povo maranhense nos dá força para seguir em frente porque ele nos diz: estamos no caminho certo."

Então, efetivamente, essa pesquisa foi de grande utilidade para quem governa.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, gostaria de registrar que não queria dar nenhuma conotação político-partidária a essa matéria, o que acabou acontecendo em face do aparte do nobre Senador Epitacio Cafeteira.

Uma das coisas que, sob o ponto de vista político, me reconforta, e aqui eu falo do ponto de vista exclusivamente político, é que, na última eleição para Governador, a candidata Roseana Sarney, na ilha de São Luís do Maranhão, onde está a capital do Estado, mais três municípios, obteve, de modo geral, e isso se refletiu praticamente em todas as umas, uma média de 20% da votação, e o outro candidato, o nobre Senador Epitacio Cafeteira, obteve 80%.

Quer dizer, de cada cinco votantes em São Luís, um votou na atual Governadora e quatro vota-

ram no Senador Epitacio Cafeteira. Mas, hoje em dia, nós já temos uma reversão de expectativa, conforme essa pesquisa. Isso significa que o povo está acompanhando, acredito que não só no Maranhão, não só em São Luís, mas em todo o País, o que está acontecendo, e foi isso que a pesquisa da Istoé, Brasmarketing, demonstrou.

Espero que a Governadora Roseana Sarney persista no trabalho de corresponder à confiança do povo maranhense sem preocupar-se com a possível repercussão política do resultado dessas pesquisas. Estas servem de bússola para que S. Ex<sup>a</sup> e sua equipe continuem a trabalhar a bem do povo do Maranhão.

Era o que me cabia dizer no momento, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por ter-me concedido a palavra.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA (PPB-MA.)** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho)** – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Epitacio Cafeteira.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA (PPB-MA.** Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, depois de amanhã, 27 de agosto, as Prefeituras dos Municípios do Maranhão vão cerrar suas portas por 24 horas em protesto contra a crise financeira por que passam nossos Municípios.

Diria, Sr. Presidente, que em solidariedade aos Prefeitos e à Prefeitura do Maranhão, a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão também ficará fechada no dia 27 de agosto.

Essa dificuldade financeira começou com o recenseamento, quando o IBGE, em vez de realmente fazer as pesquisas, resolveu fazer estimativas. Por estimativa, nossos Municípios tiveram queda na arrecadação. Por outro lado, para recompor seu orçamento, o INSS, ainda na gestão do Ministro Antônio Britto, exigiu das prefeituras, não só das do Maranhão, mas das de todo o Brasil, o reconhecimento de suas dívidas tomando como base o salário mínimo. Se a prefeitura tinha mil funcionários, devia contribuir para o INSS como se pagasse salário mínimo. E os Prefeitos, coagidos, porque, se não o fizessem, não receberiam os recursos do Fundo de Participação dos Municípios, reconheceram uma dívida que não existia.

Sr. Presidente, o Fundo de Participação dos Municípios vem caindo de forma assustadora. Os Prefeitos começaram a ter dificuldades de efetuar o pagamento do pessoal. E os novos Prefeitos, além de tudo, tinham de pagar folhas de pagamento atra-

sadas e precatórios trabalhistas que não foram pagos pelos antigos prefeitos que iam sair.

Sr. Presidente, quando precisa de dinheiro, o Governo Federal primeiramente corta a folha de pagamento dos funcionários públicos e, depois, aperta as prefeituras e os Estados. Quando veio a dificuldade de exportação porque o Real está supervalorizado, quando nossas exportações estavam levando terrível surra das importações, o Governo resolveu acabar com o ICMS da exportação. Isso atingiu Estados e Municípios. Desonerou as exportações, que melhoraram, mas a situação dos Estados e Municípios piorou. Assim tem sido essa situação.

Agora vem o FEF. O que é o FEF?

O que acontece com o FEF é como se um pai de família chegasse à mesa e dissesse: "Vocês estão comendo muito. Eu preciso me alimentar melhor. Por isso, vou tirar um pouquinho do prato de cada um, para poder me alimentar muito mais."

Ora, Sr. Presidente, era de se esperar que os Governadores tivessem chamado suas Bancadas e exigido uma resistência dos seus representantes para não deixarem que se consumasse a aprovação do FEF, que é o dinheiro do Município ajudando o Governo Federal.

Mas, Sr. Presidente, isso não aconteceu. Grande parte dos Srs. Governadores fez vista grossa: liberou seus Deputados para votarem como quisessem. Porém, uma parte também muito grande – tenho a tristeza de dizer que a Governadora do Maranhão aí se inclui – não apenas liberou, mas chamou os Parlamentares do Maranhão e disse-lhes: "Quero que aprovem o FEF." E toda a sua Bancada votou "sim" ao Fundo de Estabilização Fiscal. Agora, levantam-se contra S. Ex<sup>a</sup> todos os Prefeitos do Maranhão e, em solidariedade, também a Assembléia Legislativa do meu Estado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta atitude corajosa dos Prefeitos do Maranhão e da Assembléia Legislativa constitui-se num alerta para esta Casa, para que os meus companheiros de Senado, para que os representantes do Maranhão entendam que é hora de resistir. Os representantes do Paraná, de Alagoas, de Mato Grosso do Sul e de todo o Brasil devem compreender que esta é a Casa que representa os Estados. E, um problema como este que está a atingir o Maranhão alcança a todos os Estados. Temos que dizer ao Presidente da República: "Não. O Governo Federal pode emitir títulos e papel-moeda. Mas, os Municípios não podem fazer nada." Estão, hoje, de mãos atadas e olham para nós para saber se vamos ajudá-los ou não.

Este, Sr. Presidente, é o alerta. Esta era a comunicação inadiável: daqui a 48 horas estarão de portas fechadas, por 24 horas, todas as Prefeituras do meu Estado e a Assembléia Legislativa do Maranhão, em solidariedade, também vai cerrar as suas portas.

Que os Srs. Senadores pensem. Que os Srs. Senadores reflitam. Que os Srs. Senadores, na hora de votar pensem mais em seus Estados do que em agradar o Governo Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** (PFL-AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a permuta que permitiu que eu pudesse me dirigir à Casa na tarde de hoje.

Inicialmente, faria o pronunciamento que já havia preparado para a semana passada, quando discutíamos emenda do Senador Waldeck Ornelas, antes de a matéria voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, emenda que trata de problemas aos quais acabou de se referir o nobre Senador Epitácio Cafeteira.

Senador Epitácio Cafeteira, tive oportunidade, há dois meses, de alertar a Casa e até o próprio Governo Federal sobre os problemas que surgem para os Estados e Municípios, principalmente para os Municípios, com a prorrogação dessa emenda constitucional.

Sr. Presidente, aqui no Senado estamos viciados a prorrogar emendas constitucionais, atos institucionais etc... Não discutidas as matérias em sua profundidade.

O Brasil precisa de u. a reforma tributária profunda. Não é a CPMF ou outro tipo de contribuição ou tributo que irá resolver os nossos problemas em definitivo, conforme a Nação exige.

**O Sr. Epitácio Cafeteira** (PPB-MA) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** (PFL-AL) – Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Epitácio Cafeteira** (PPB-MA) – Nobre Senador Guilherme Palmeira, o FEF começou provisoriamente e deveria ser aplicado apenas uma vez. Mas, gostaram, deram-se bem e os Congressistas não reclamaram. Dessa forma, deixou de ser um Fundo provisório, cujo término estava previsto para 30 de junho. O que se está fazendo agora? Querem prorrogar algo que morreu. Na realidade, no dia 30 de junho o FEF terminou; mas, mesmo assim, desejam prorrogar algo que não pode ser prorrogado. Nos meses de julho e agosto, os Municípios já rece-

beram sem o FEF. No entanto, se o aprovarem agora, os Municípios terão de devolver esse Fundo de Estabilização Fiscal, ou seja, o sangue que estava sendo tirado – e não foi tirado nesses meses –, será retirado em dobro. É assim que irão matar nossos Municípios. O Estado de V. Ex<sup>a</sup> passa por grandes dificuldades. Creia, nobre Senador Guilherme Palmeira, a dificuldade de se administrar hoje está presente em todo o País. O Governo Federal pensa somente em sua própria administração, o resto é o resto. Desde que o Governo Federal possa continuar montado na âncora do Real, o resto não importa. Estamos com uma moeda supervalorizada, por quê? Porque não existe apenas o dólar oficial, mas o dólar turismo e o paralelo, que, por ser do chamado câmbio negro, deveria ser livre e não é. O Banco Central há poucos dias entrou em campo para vender dólares para que o seu valor não subisse no mercado paralelo. Estamos engessados e o Governo coloca o social a serviço do Real e não o contrário. Pergunto: onde está a independência deste País e a nossa disposição em reclamar? Até o Presidente da Argentina diz o que quer e de nós não aceitam nenhuma proposta que venha a beneficiar o Nordeste. Estou vivendo momentos de grandes tristezas depois de trinta e muitos anos de vida pública. Nem mesmo na época da Revolução eu senti tanto desconforto nem tive tantas dúvidas como atualmente. Na hora em que perdermos a credibilidade, acontecerá aqui o mesmo que aconteceu no México: tirarão todo o dinheiro investido aqui. Nessa hora, não teremos então mais nada para dar como garantia, porque o que tínhamos já foi entregue à atividade pública, já foi colocado no regime de venda, de vendas e transferências como ocorreu com o Bamerindus e com outras instituições, o que está tornando ricos aqueles que neste País não trabalham, aqueles que não sofrem como os outros. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Guilherme Palmeira, pelo seu pronunciamento.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL)** – Parabéns, em parte, a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu aparte. Concorde com algumas afirmativas de V. Ex<sup>a</sup>, mas, meu caro amigo, meu companheiro Eptacio Cafeteira, sinto que no meio disso tudo V. Ex<sup>a</sup> está meio magoado, não sei se com o Governo Federal ou com as pesquisas da Governadora Roseana Sarney.

**O Sr. Eptacio Cafeteira (PPB-MA)** – V. Ex<sup>a</sup> está enganado, não fico magoado com isso. Desta tribuna, tenho sempre defendido o interesse do povo; do funcionário público e civil tão maltratados; do militar que hoje está passando fome. São essas as situações em que não se pensa, só se trabalha

no sentido de evitar a inflação. E o frango, que custava R\$0,99, está agora por R\$1,40. Já não servirá mais para os banquetes.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL)** – Entendo o ponto de vista de V. Ex<sup>a</sup>, mas essa é uma preocupação de toda a Casa. Realmente, tem havido uma demora muito grande para se encontrar soluções definitivas para o problema tributário brasileiro.

Na verdade, o objetivo de estar nesta tribuna, como disse inicialmente, é de apoiar a emenda do Senador Waldeck Ornelas; na época, estava viajando em missão partidária.

Sr. Presidente, serei breve, resumindo o que escrevi. Como dizia, não tive oportunidade de subscrever a Proposta de Emenda Constitucional do Senador Waldeck Ornelas, mas nem por isso posso deixar de manifestar minha concordância com a proposição que, em última análise, restaura a competência histórica do Senado Federal como foro dos interesses e do equilíbrio federativo. É aqui, Sr. Presidente, que deságuam as demandas dos Estados brasileiros – está aí uma demonstração disso – pela adoção de medidas que os viabilizem econômica e financeiramente. E cabe a nós dar-lhes respostas adequadas, pelas quais somos constitucionalmente responsáveis. Concorde inteiramente não só com a forma, mas, sobretudo, com a substância e os fins da Proposta de Emenda Constitucional nº 19, de 1996.

Sr. Presidente, estou convencido de que uma atitude passiva nessa matéria vai terminar sendo debitada ao Senado, como ocorreu com o episódio da emissão dos precatórios para cumprimento de disposição constitucional cujos fins eram inteiramente legítimos, mas cujos meios provaram-se não só ilegítimos, mas, sobretudo, eivados de irregularidades, ilegalidades e injuridicidades que comprometem a crença nas instituições democráticas.

A crise financeira dos Estados está refletida nas incertezas em que ainda vive o País. Os episódios que envolveram as Polícias Militares trazem à tona uma pauta ainda aberta na política brasileira. Entretanto, todos sabemos que não são apenas os Estados que estão em crise, mas também as administrações municipais, e, em muitos aspectos, o que estamos assistindo com o descontrole do déficit público indica que a situação não é diferente no caso da União. Muito embora a dívida externa tenha caído de 8% para 4% do PIB, o incremento da dívida interna não deixa dúvidas de que a própria estabilidade do Plano Real sofre graves ameaças.

É possível que a emenda ora em discussão não atalhe todas as causas, mas é indiscutível que constitui um passo decisivo no caminho do controle do déficit estadual. Creio, por isso, que essa proposição merece não somente o nosso apoio e aplauso,

como, sobretudo, a aprovação desta Casa e o acolhimento pela Câmara. Se compararmos os Estados que mais gastaram em 1995 com os que mais despenderam no ano passado, verificaremos que a situação não se alterou significativamente em matéria de finanças públicas.

Em 1995, estavam nessa lista Alagoas, Rio de Janeiro, Piauí, Rio Grande do Sul e Amapá. No ano passado, nela entraram Paraná e Mato Grosso e dela saíram Piauí e Amapá. O balanço de 1997 ainda não está fechado, mas as conseqüências para os que permanecem na lista podem ser melhor avaliadas pela própria situação de Alagoas.

Entre 1995 e 1996, embora tenha reduzido os gastos com o funcionalismo de 114% para 105% — índice hoje bem mais baixo, cerca de 86% —, o ano em curso significou o que talvez tenha sido a pior crise institucional na história do meu Estado.

O Rio de Janeiro, Sr. Presidente, reduziu de 92% para 87% suas despesas com pessoal no mesmo período. Já o Rio Grande do Sul, o terceiro Estado que aparece na relação dos dois exercícios, foi o único a ter um aumento de 86,4% para 86,8%.

A conclusão inevitável é que não se trata de uma questão localizada que atinge os pequenos Estados e nem mesmo de uma distinção que possa ocorrer entre regiões mais ou menos desenvolvidas. Trata-se, Sr. Presidente, de um problema nacional, ante o qual o Senado não pode omitir-se.

O argumento de nosso eminente colega Senador Waldeck Ornelas não é apenas um argumento procedente; é, antes de mais nada, de enorme racionalidade. Estamos, na verdade, vivendo um círculo vicioso. O problema dos municípios se reflete nos Estados; e dos Estados, na União; e o da União termina gerando conseqüências nos municípios, na medida, por exemplo, em que o Fundo de Estabilização Fiscal, previsto para vigorar durante dois exercícios, foi prorrogado por mais 18 meses e agora terminará prorrogado por mais 30 meses. Uma providência que era provisória transforma-se em permanente e, de permanente, corre o risco de se institucionalizar.

Nós sempre reclamamos do chamado "custo Brasil", entraves burocráticos e fiscais que afetam o poder de competição do País nos mercados internacionais, mas esquecemos que a carga fiscal, hoje de quase 32%, não parou nunca de crescer e termina, por sua vez, afetando também nossa competitividade externa. Estamos participando de um mundo globalizado, em que os requisitos essenciais são custos e competitividade, mas estamos, sem dúvida, despreparados para essa competição. Não estou pretendendo dizer com isso que a Proposta de Emenda Constitucional nº

19, de 1996, vai resolver todos esses problemas, mas temos que reconhecer que é uma providência indispensável, urgente e inadiável, para corrigirmos mais um dos excessos da Constituição de 1988. Entre os seus pecados está, singulamente, o de ter criado um modelo federativo inviável, na medida em que discriminou ônus e encargos, mas não tomou com eles compatível a repartição da carga fiscal.

Desde o início da atual Legislatura, o Congresso Nacional já aprovou 15 emendas constitucionais, e as perspectivas com as quais nos deparamos é que teremos de continuar podando os excessos e tomando o texto da Constituição compatível com a realidade que o Brasil vive hoje. O ex-Ministro Mário Henrique Simonsen costumava dizer que no Brasil todos queriam liberdade nos ativos e isenções no passivo e que, por isso, os balanços nunca fechavam.

Mal comparando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu ousaria dizer que a Emenda Ornelas é um passo para o equilíbrio das contas públicas, na medida em que, mesmo não proibindo liberdade no ativo dos Estados, procura, pelo menos, fechar a torneira fácil e fértil das isenções do passivo. Por isso tem o meu voto, o meu apoio, o meu aplauso, e não tenho dúvida de que o Senado acompanhará essa opinião.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Guilherme Palmeira, o Sr. Lúdio Coelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Bello Parga.*

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) — Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho.

Tem V. Ex<sup>a</sup> 20 minutos para seu pronunciamento.

**O SR. LÚDIO COELHO** (PSDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, há pouco, o Senador Bernardo Cabral prestou uma homenagem ao Dia do Soldado — e eu gostaria de me associar a S. Ex<sup>a</sup> nessa homenagem — e fez referência à disciplina que deve existir nas forças públicas. Quero lembrar ao Senado Federal que não pode ser de outra forma. Entretanto, ao mesmo tempo em que se exige disciplina dos militares, é necessário respeitar-se o soldado e manter seus vencimentos em dia. Não é possível exigir-se do soldado, que ganha duzentos ou trezentos reais, às vezes com seis meses de atraso nos vencimentos, como ocorre em Alagoas, que ele não tenha o direito de pleitear o que lhe é sagrado.

Esse assunto precisa ser estudado cuidadosamente, porque é necessário que os governantes respeitem os servidores do Estado.

Sr. Presidente, estou aqui hoje para falar mais ou menos na linha do pronunciamento do ilustre Senador Guilherme Palmeira. Quase toda semana ou toda quinzena, aprovamos rolagem de dívida de Estados. A União está assumindo a responsabilidade dos Estados em seus descobertos. Lendo o jornal **O Estado de S. Paulo** de ontem, vejo as seguintes manchetes: "Covas toca obras no ritmo da reeleição", "Governadores aceleram inaugurações", "Alencar abre cofres do Rio e investe em propaganda", e por aí vai.

Tenho a impressão de que, a permanecer esse estado de coisas, com governantes que pleiteiam a reeleição sem deixar o cargo, é muito possível que nos próximos dois ou três anos o Senado Federal tenha um serviço muito intenso de rolagem de dívidas novamente. Há cerca de quatro anos, um número grande de Estados rolaram suas dívidas; agora, rolamos novamente. Quero ver onde terminará, com a União assumindo a responsabilidade de Estados e Municípios maiores.

Creio que o esforço de governantes em fazer obras que depois não sabem como pagar ameaça seriamente o plano de estabilidade econômica, ameaça o Plano Real, pois não existe uma correspondente redução de despesas e aumento de receitas. Nunca vi empresa nenhuma nem o Poder Público conseguir se estabilizar se não ocorrerem estas duas coisas elementares: redução de despesas e aumento proporcional de receitas.

Sr. Presidente, tenho impressão de que o Senado Federal precisa ficar atento a essa animação dos governantes. Eles querem fazer obra a todo custo, porque as eleições de outubro do ano que vem estão ficando próximas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

V. Ex<sup>a</sup> tem 20 minutos para o seu pronunciamento, Sr. Senador.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, amanhã, uma subcomissão criada a partir de um requerimento do Senador Esperidião Amin vai se reunir pela primeira vez. Trata-se da subcomissão que vai analisar a procedência dessas notícias alarmantes que nos traz a imprensa, nos últimos dias, referentes ao fenômeno climático chamado El Niño. Tem sido com insistência que a imprensa tem publicado que o El Niño provocará, neste ano, graves problemas para a região Sul,

com enchentes, conseqüências mais graves do que as provocadas em 1983, e para o Nordeste uma seca intensa, que deve prejudicar qualquer perspectiva de plantio da próxima safra.

No último sábado, estive em União da Vitória, Município do sul do Paraná. Lá, as notícias já causam pânico na gente que vive em volta do rio Iguaçu e, sobretudo, naquelas cidades cujo centro está apenas a 11,5 metros acima do nível do rio.

Isso significa, Sr. Presidente, que, se as conseqüências do El Niño anunciadas pela imprensa forem mais graves, maiores do que as provocadas em 1983, poderemos ter uma catástrofe no Município de União da Vitória e nos Municípios que margeiam o rio Iguaçu e outros rios que cortam Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o próprio Paraná. O sul do País, segundo as previsões, será assolado por uma chuva quase constante, que deve começar em novembro e durar até abril do ano que vem. Se lá as enchentes é que preocupam, no Nordeste é a seca.

Portanto, Sr. Presidente, como o Senado já está reunindo a sua subcomissão – não vamos poder evitar que ocorra o El Niño –, é preciso que preparemos medidas preventivas contra as conseqüências visando a amenizar o drama das famílias que, sem dúvida alguma, preocupam-se neste momento e poderão sofrer muito se as previsões se concretizarem.

Sr. Presidente, no ano de 1983, houve no Paraná uma conseqüência muito dramática: milhares de famílias foram desabrigadas. Os primeiros sintomas de que estas previsões poderão se concretizar já começam a ocorrer: nas Filipinas, são 60 mil os desabrigados pelas chuvas provocadas pelo El Niño naquela região. Em outros países – como China e Taiwan – há também chuvas em excesso já nesta época do ano.

Sem nenhuma dúvida, teremos que nos preparar. Assim como o Senado, os Governos Estaduais e o Governo Federal deveriam instalar, desde já, uma Comissão para começar a analisar se estas previsões são baseadas em fatos reais ou não deverão se concretizar. Se não se concretizarem, Sr. Presidente, melhor para nós todos. Mas e se elas vierem? E se o El Niño provocar, realmente, as enchentes que estão sendo anunciadas para o sul do País e a seca que está sendo anunciada para o Nordeste? É preciso que haja uma preparação dos Municípios, do Estado e que as autoridades comecem a tomar providências para amenizar o drama que pode afetar a nossa agricultura. Portanto, sugiro ao Ministério da Agricultura, ao Ministro Arlindo Porto, que já constitua uma Comissão e comece a estudar as conseqüências no caso de as previsões se concretizarem.

O El Niño, para que possamos entender, ocorre em função do aquecimento das águas do Pacífico, que estão mais quentes 5 graus; a temperatura normal é de 24 graus, e hoje é de 29 graus, 5 graus acima. A alteração faz com que as chuvas que deveriam ocorrer na Ásia em função dos ventos, que empurram a temperatura mais quente a partir do oceano, caíam antes no próprio oceano, provocando tempestades marítimas e conseqüências que mexem com o clima de todo o planeta. Se as conseqüências serão mais graves do que as de 1983, é bom que o Governo Federal comece a se preparar, não apenas o Ministério da Agricultura, mas os coordenados pela Casa Civil – os Ministérios que envolvem, inclusive, o abastecimento da energia elétrica, de petróleo e de alimentos – para que possamos, enfim, tomar já todas as providências e traçar estratégias. Se ocorrer, estaremos preparados.

**O Sr. Humberto Lucena (PMDB-PB)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR)** – Concedo-lhe o aparte com satisfação, Senador Humberto Lucena.

**O Sr. Humberto Lucena (PMDB-PB)** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com atenção, justamente quando adverte todos nós – o Senado, o Governo, a Nação – não só para a possibilidade de novas enchentes no sul, mas de novos períodos de estiagem no nordeste e solicita medidas preventivas, o que seria de se esperar, evitando-se que depois, ao remediar o problema, o Tesouro tenha que arcar com muito mais recursos. Refiro-me, especificamente, à região Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> situou a questão da seca e a possibilidade de essa voltar a acontecer dentro de pouco tempo, segundo previsões. Temos um projeto que foi colocado e debatido, o chamado Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco para o semi-árido, que abrange, sobretudo, quatro Estados: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, que seriam os mais atendidos, desde que esse projeto viesse a ser executado. No Governo Itamar Franco, quando era Ministro da Integração Regional Aluizio Alves, avançou-se muito na discussão desse problema, até diria que de forma açodada, porque naquela época, não sei se pelo entusiasmo nordestino do então Ministro da Integração Regional, quis-se, inclusive, vencer etapas de uma hora para outra, o que era inteiramente impossível. Mas o fato é que o ex-Presidente Itamar Franco, ao deixar o Governo, assegurava-me que a única providência que faltava para que fosse começada a obra era o término do projeto de impacto ambiental que estava a cargo do Ibama e que, no mais, estava tudo equacionado em relação ao projeto e ao financiamento externo por intermédio do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, conforme fosse o caso. Enfim, as notícias eram as mais al-

vissareiras. Sabemos, entretanto, que desde aquela época surgiram divergências regionais em outros Estados, como é caso da Bahia, que acha, ou pelo menos achava naquele tempo, que as águas do rio São Francisco ainda deveriam ser mais utilizadas para prover projetos de abastecimento de água e, sobretudo, de irrigação naquele Estado. Com isso foi-se atrasando a solução do problema e veio o Governo Fernando Henrique Cardoso. O atual Presidente da República assegurou-nos, a nós, nordestinos de todos os Estados, que o seu propósito era o de continuar a idéia desse projeto. O atual Secretário Especial de Políticas Regionais, Fernando Catão, recebeu luz verde de Sua Excelência para terminar os últimos estudos, o que já foi feito. Para surpresa nossa, visitou a Paraíba o Ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, S. Ex<sup>a</sup> declarou que havia grandes dificuldades para a realização da obra. Estou abordando o problema para que V. Ex<sup>a</sup> veja como é difícil se tomar providência de caráter preventivo e evitar despesas vultosas no futuro. Esse projeto, com o remanejamento e a reformulação que foram feitos, está, segundo me disse o Sr. Fernando Catão, em torno de R\$1 bilhão. Só na última seca do Nordeste, no Governo Itamar Franco, que durou um ou dois anos, foram gastos R\$2 bilhões. Veja V. Ex<sup>a</sup> que é urgente que o Senhor Presidente da República, o Ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e as demais autoridades a quem incumbe decidir sobre o assunto reflitam melhor sobre a matéria e procurem executar esse projeto da maior importância não só para o desenvolvimento regional mas para o Brasil. Na medida em que tentamos solucionar a questão da estiagem no Nordeste, estamos resolvendo um problema nacional.

**O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR)** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Humberto Lucena. A transposição das obras do Rio São Francisco foi objeto de estudo de uma Comissão que se instalou no Senado, a qual tive a honra de ser um dos relatores. Evidentemente, apesar dos custos relativamente altos que essa obra da transposição oneraria ao Tesouro da União e aos cofres estaduais, há uma demonstração clara de que este empreendimento é muito necessário porque quando estamos na iminência da ocorrência de um problema climático, de tamanha proporção como é **El Niño**, que poderá provocar intensa seca no Nordeste, qualquer esforço ou investimento do Governo será importante.

Agora, vendo o nobre Senador Beni Veras, lembrei-me de quando eu era Secretário de Agricultura do Paraná, e o Ministro do Planejamento era o Senador Beni Veras. Recordo-me de uma palestra de S. Ex<sup>a</sup> na Exposição de Esteio, discorrendo sobre essa questão dos recursos hídricos como instrumento de desenvolvimento regional. Lembro-me, até hoje, que o enfoque do então Ministro era exatamente

te sobre a necessidade de promoverem-se obras estratégicas para provocar o desenvolvimento regional em áreas economicamente deprimidas. Evidentemente, é o caso do Nordeste.

Mais ainda, até para administrar melhor duas questões básicas – o abastecimento alimentar e os recursos hídricos –, precisamos definir essas questões que ocorrem esporadicamente, como o problema climático.

Quando se analisa a questão dos recursos hídricos, pensa-se: o Brasil tem água em abundância. Só que 80% dessa água estão na Região Amazônica, atendendo, evidentemente, 5% da população brasileira. Noventa e cinco por cento ficam apenas com 25% da água doce disponível.

Com o alerta vermelho da ocorrência desse problema climático, começamos a pensar no drama. Por isso, obras de infra-estrutura são muito importantes para assegurar o abastecimento regular, estando a situação climática normal ou não.

Portanto, não se pode falar em desenvolvimento equitativo regionalmente se não investirmos em obras de infra-estrutura de recursos hídricos para o Nordeste, que considero de extrema importância para o sucesso de um plano de desenvolvimento nacional. Não dá para falar em desenvolvimento nacional se continuamos com problemas que assolam o Nordeste e que não permitem um desenvolvimento equitativo com o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul.

No momento em que faço esse alerta ao Governo, lembro que também a questão do abastecimento alimentar em nosso País não é tratada com a devida importância. Não pensamos em um programa estratégico de segurança alimentar quando ocorre uma divulgação tão intensa como essa em que a imprensa informa que poderemos ter problemas climáticos e, ao mesmo tempo, o Ministério da Agricultura divulga que vamos ter uma safra recorde. Isso ocorrerá se o clima for propício. Sempre temos uma boa safra quando o clima é bom, pois não contamos com muitos instrumentos de política que permitam a aplicação de um nível tecnológico adequado em nossa agricultura para que haja, inclusive, o aumento da produtividade e a expansão das áreas.

Hoje, há uma preocupação da expansão da produção, muito mais pensando em conquistar áreas no Norte, no Maranhão, em Roraima, no Centro-Oeste. Essas áreas estão disponíveis, mas não se pode abandonar a tese de que temos de investir em tecnologia e competitividade, até mesmo para podermos competir. Não falo em Mercosul, porque, ao nos compararmos com a Argentina, dizemos ter o mesmo índice de produtividade. No entanto, não existe o mesmo custo de produção. Lá, no pampa úmido da-

quele país, não se aplica um quilo de fertilizante por hectare. Ou seja, não se gasta em fertilizantes. Para que se tenha uma idéia, gastamos – só em insumos para produzir uma tonelada de trigo – o que a Argentina gasta no total de uma tonelada desse mesmo produto. Então, temos custos mais elevados. Por isso, ao planejarmos estrategicamente uma política de segurança e abastecimento alimentar, precisamos levar em conta as dificuldades regionais.

Se o problema dos recursos hídricos no Nordeste é inquestionável, existem outros no Sul do País que também precisam ser olhados pelo Governo. Política agrícola não é apenas o estabelecimento do volume de crédito anual para o custeio da safra e para a sua comercialização. É preciso que o Governo estabeleça uma política de desenvolvimento do interior dos Estados da Região Sul do País para que possamos estancar as migrações – basta verificar a taxa de crescimento de Curitiba para constatar que é muito acima da média brasileira – que ocorrem hoje em função da propaganda que se faz em Curitiba e da dificuldade que estamos tendo de enfrentar o País vizinho na competição do custo de produção em relação à nossa produtividade.

Portanto, Sr. Presidente, faço um alerta para o fenômeno previsto por todos os institutos de pesquisa climática dos Estados Unidos. Embora o INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, não reconheça como uma notícia concreta e a própria Embrapa tenha dúvidas, a verdade é que os primeiros sinais começaram a ocorrer: a temperatura da água do Oceano Pacífico cinco graus mais alta que o normal e a temperatura de 33 graus no Sul do País na semana passada. Em Curitiba, a temperatura foi elevadíssima.

Esses são sinais de que já está havendo alterações. Neste momento, é muito importante que tomemos conhecimento disso para nos prepararmos para o que poderá ocorrer no final do ano ou no início do ano que vem e pensarmos numa efetiva política de segurança alimentar para o País, levando em conta as questões regionais. As peculiaridades regionais quase sempre são esquecidas quando se traça uma política global para um País que tem dimensões continentais e climas diferentes. Essas políticas quase sempre esbarram nas dificuldades impostas pelo clima.

Faço esse alerta e anuncio que o Senado, amanhã, graças a Deus, vai reunir-se. Ironicamente, outro dia perguntaram se o Senado iria colocar ventiladores para esfriar a água do Oceano Pacífico. Não! Não vamos poder evitar, Sr. Presidente, o fenômeno. Mas poderemos amenizar o drama com medidas preventivas e estratégicas que nos preparem para o pior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Bello Parga deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bello Parga para uma comunicação inadiável pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

**O SR. BELLO PARGA** (PFL-MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há pouco tive oportunidade de transcrever aqui dados estatísticos de uma pesquisa realizada no meu Estado.

Julgo imprescindível neste momento assinalar que a situação de que desfruta o Governo do Estado do Maranhão perante os seus governados – perante os meus conterrâneos, portanto – é um assunto que já transcendeu as fronteiras estaduais.

Registro com alegria, com júbilo mesmo, a repercussão que tiveram entre os nossos vizinhos do Estado do Piauí as obras e o esforço que vem sendo despendido no meu Estado por uma equipe comandada pela jovem Governadora. O jornal *Meio Norte*, publicado em Teresina, na sua edição de ontem, dedicou um editorial ao Maranhão sob o título "O Maranhão tem qualidade total."

Relevem-me os meus companheiros de Senado se eu me prender um pouco a um assunto que só interessa, em sua maioria, ao meu Estado, embora possa servir de exemplo e paradigma para outras administrações estaduais.

O texto é firmado pelo Prof. Antônio C. de Andrade, Doutor pela Universidade de São Paulo – USP, e atualmente Professor de Economia da Universidade Federal do Piauí.

S. S<sup>a</sup> teve oportunidade de fazer uma viagem pelo meu Estado. E assim resumiu as impressões que colheu e os dados que levantou. Passo a citar o texto, para que seja inserido nesta minha comunicação:

"O Maranhão é hoje um Estado modelo no Brasil. É a quarta economia do Nordeste, com um PIB de US\$8,5 bilhões, e deve, até o final do século, disputar em pé de igualdade com a Bahia a primeira economia da Região nordestina. Essas e outras informações estão no Balanço Anual – 1997 – da *Gazeta Mercantil*, que já se encontra em todas as bancas de jornais e revistas do País. Quem visita o Maranhão consegue perceber um surto de prosperidade "por todos os cantos e por todas as bandas", como diria o ex-presidente José

Samery. As suas rodovias federais estão bem conservadas, as estaduais estão sendo recuperadas e novas rodovias estão sendo abertas ou asfaltadas.

A governadora Roseana Samery conseguiu reduzir o número dos servidores públicos de 102,7 mil, em 1995," – atentem bem, Srs. Senadores – "para 96 mil, em 1997. O Estado do Maranhão chega a causar inveja aos governantes dos demais Estados do País, pois tem a melhor relação entre as receitas líquidas correntes e gastos com os vencimentos do funcionalismo público. A relação, que era de 62,18%, em 1995, reduziu para 55%, em 1997, bem abaixo do nível estabelecido pela Lei Camata. Isso tudo sem atrasar o pagamento dos servidores públicos, alguns dos quais, aliás, antecipados com o pagamento da primeira parcela do 13<sup>o</sup> salário.

Com uma política administrativa avançada, a Governadora Roseana Samery promoveu uma verdadeira reforma no Estado: extinção de diversos órgãos da administração direta e indireta; privatização de estatais; e concessões de uso em regime de parceria, tais como Parque de Exposições Agropecuárias, Terminal Pesqueiro, Centro de Abastecimento, Mercado do Peixe e Terminal Rodoviário de São Luís.

A implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira possibilitou a introdução de uma tecnologia de última geração nas finanças públicas do Estado, que mantém os computadores ligados em rede, vinte e quatro horas por dia, com controle total da gestão pública. Com a introdução de um novo sistema integrado para as licitações, a Comissão Permanente de Licitações já conseguiu uma redução de até 50% nos preços das obras e serviços para o Estado.

Essa verdadeira reforma foi notada pelos principais investidores do País e do estrangeiro. Atualmente, pelo menos 13 projetos de capital externo estão sendo implantados no Maranhão cujo volume de investimentos soma mais de US\$1,5 bilhão: Pólo de Indústrias Leves de Rosário, R\$1,5 milhão; Projeto de Confecções Kao-I, R\$16,6 milhões; Fábricas de Máquinas de Costura Industriais Ta-Chung, R\$9,36 milhões; Fábricas de Bombas Centrífugas Hung Pump, R\$11,38 milhões;" – assinale-se que es-

ses quatro últimos investimentos são todos de capitalistas oriundos da China continental – "Fábrica de Fiação e Tecelagem Tsuzuki, R\$150 milhões; a nova fábrica de refrigerantes Coca Cola em São Luís, R\$23,35 milhões; Unidade Industrial de Gás Carbônico da Coca Cola (para fornecimento ao Maranhão e aos outros Estados vizinhos, ou seja, toda a região nordestina), R\$1,85 milhões; Ampliação da Cervejaria Equatorial/Brahma, R\$70 milhões; Ampliação do Consórcio Alumar (para exportação de lingote de alumínio), R\$50 milhões; Investimentos da Companhia Vale do Rio Doce no complexo ferroviário-portuário de São Luís, R\$51 milhões; Projeto agroindustrial da Ceval Alimentos, R\$35 milhões; Projeto Batavo Nordeste, R\$70 milhões; e implantação do Complexo Industrial Florestal da Celmar S.A. (para a produção de celulose), R\$962 milhões, no período 1995-2002.

Quanto aos cerrados maranhenses, vão bem, obrigado. Segundo expectativas do Governo do Estado, a região de Balsas – no Sul – deverá produzir cerca de 1 milhão de toneladas de grãos por ano, já a partir do ano que vem, que deverão ser exportados pelo porto de Ponta da Madeira, em São Luís, conduzidos pela ferrovia Norte-Sul (no que ela tem de pronto) de Imperatriz até Açailândia e, dali, até o porto de São Luís (pela ferrovia da Vale do Rio Doce).

É propósito da Companhia Vale do Rio Doce incluir outros 2,3 milhões de toneladas de soja, que deverão ser produzidos pelos Estados do Piauí e do Tocantins. Hoje, o complexo portuário de São Luís – Itaqui, Ponta da Madeira e Alumar – respondem por mais de 50% de toda a movimentação de cargas dos postos das regiões Norte e Nordeste do País.

A ordem no Maranhão é implantar melhoria nos processos administrativos e disseminar gestão pela qualidade total em todas as escolas públicas, com experiências bem sucedidas já em 15 escolas.

Esses dados, Sr. Presidente, fazem justiça ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela administração maranhense. Na qualidade de representante do Maranhão no Senado da República, enche-nos de júbilo e de alegria ver que o resultado desse trabalho já atravessou as fronteiras maranhenses e está sendo constatado por técnicos e administradores dos outros Estados.

Encerrei a leitura sem ler o último parágrafo porque o autor, depois de uma análise objetiva dos dados disponíveis, faz uma interpretação subjetiva das conseqüências políticas. Como não estou tratando de assunto político no momento, escuso-me de ler o restante da apreciação do ilustre professor piauiense, a quem endereço o meu cumprimento, o meu abraço e meus agradecimentos pela justiça que fez a um grupo de pessoas idealistas que detêm em suas mãos as rédeas da pública administração e estão oferecendo ao povo do Estado todo trabalho que eles merecem.

Era o que me cabia dizer no momento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE**(Lúdio Coelho) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

São lidos os seguintes:

**PARECERES Nºs 426, 427 E 428, DE 1997**

**Sobre o Projeto de Resolução nº 51, de 1996 – CN, que "instituiu o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro e dá outras providências".**

**PARECER Nº 426, DE 1997**

*Da Comissão de Educação*

**Relator: Senador Jefferson Péres**

**I – Relatório**

O Projeto de Resolução nº 51, de 1996 – CN, de autoria do Senador Sebastião Rocha, institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro, com o objetivo de homenagear pessoa física ou jurídica que tenha oferecido contribuição relevante à causa da educação brasileira. O referido Prêmio será conferido anualmente, em sessão do Congresso Nacional a realizar-se no primeiro dia útil após o dia 26 de outubro, data de nascimento de Darcy Ribeiro. A escolha do agraciado caberá a um Conselho integrado por cinco membros do Congresso Nacional e pelo seu Presidente. O teor do Prêmio será sugerido pelo Conselho à Comissão Diretora do Congresso Nacional.

Em sua Justificação, o autor destaca algumas das maiores realizações do saudoso Senador Darcy Ribeiro, como educador e, também, como antropólogo, escritor e político. Ressalta, ainda, a sua admirável projeção internacional, que foi coroada com a escolha unânime para receber o Prêmio Interamericano de Educação "Andrés Bello" de 1995, da Organização dos Estados Americanos.

No Senado Federal, o projeto de resolução em tela foi inicialmente enviado a esta Comissão de

Educação. Designado como Relator da matéria, apresentei parecer favorável à sua aprovação, com mudanças promovidas por quatro emendas. Em vista do decurso de prazo na Comissão, o projeto foi remetido ao Plenário da Casa e, com base no art. 172, inciso I, do Regimento Interno, foi aprovado o Requerimento nº 634/96, de iniciativa do Senador Roberto Requião, para que a matéria fosse incluída na Ordem do Dia. Antes, porém, o atendimento ao despacho inicial da Presidência do Senado, o projeto foi enviado à Comissão Diretora, que aprovou parecer favorável à matéria, elaborado pelo Senador Ney Suassuna. De volta ao Plenário, pronunciei parecer oral favorável ao projeto, em substituição à Comissão de Educação. Logo a seguir foi apresentado e aprovado o Requerimento nº 1.012/96, de autoria do Senador Josaphat Marinho, solicitando o envio do projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Esta também emitiu parecer favorável, elaborado pelo Senador Roberto Requião. Contudo, o novo Presidente da Casa determinou que o Plenário desta Comissão de Educação também se pronunciasse sobre a matéria. Novamente indicado como Relator nesta Comissão, mais uma vez tenho a oportunidade de me pronunciar sobre o projeto, sustentando os termos do julgamento antes apresentado.

## II – Voto

Com efeito, constitui tarefa difícil salientar os méritos do Senador Darcy Ribeiro, tão multifacetada é a sua obra. Semeador de universidades em vários países especialmente no Brasil: idealizador e realizador de importantes inovações no ensino fundamental; autor de obras que desafiam o conformismo; relator do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, transformado na Lei nº 9.394, de 1996. Enfim, não seria possível esgotar as suas múltiplas realizações. Assim, nada mais justo que incentivar os que contribuem para a causa da educação brasileira e homenagear o nome de um Senador que tanto enriqueceu os trabalhos desta Casa.

Voto, pois, pela aprovação do Projeto em epígrafe, propondo alterações, sob a forma das emendas abaixo. Cabe salientar que o título de prêmio sugere, de pronto, a concessão de pecúnia, o que implicaria dotação específica na previsão orçamentária anual, na contramão da política de austeridade recomendada pela Casa.

### EMENDA Nº 1-CE

Substitua-se na epígrafe a expressão "Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro" por "Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro".

### EMENDA Nº 2-CE

Substitua-se, no art. 1º, a expressão "Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro" por "Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro".

### EMENDA Nº 3-CE

Substitua-se, no art. 2º, a expressão "Prêmio" por "Diploma".

### EMENDA Nº 4-CE

Suprima-se o art. 6º, renumerando-se o seguinte.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 1997. – **Joel de Hollanda**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator – **Abdias Nascimento** – **Emília Fernandes** – **Coutinho Jorge** – **Benedita da Silva** – **Hugo Napoleão** – **Júlio Campos** – **José Fogaça** – **Sebastião Rocha** – **João Rocha** – **João França** – **Francelino Pereira** – **Ramez Tebet** – **Romeu Tuma**.

### PARECER Nº 427, DE 1997

Da Comissão Diretora.

**Relator: Senador Ney Suassuna**

#### I – Relatório

O Projeto de Resolução nº 51, de 1996-CN, de autoria do eminente Senador Sebastião Rocha, instituiu o Prêmio Nacional Darcy Ribeiro para prestar homenagem as pessoas físicas ou jurídicas por relevante contribuição à causa da educação nacional.

Um conselho, integrado por cinco membros do Congresso Nacional e pelo seu Presidente, escolherá, anualmente, o agraciado, o qual receberá o citado prêmio em sessão do Congresso Nacional, a realizar-se no primeiro dia útil após o dia 26 de outubro, data natalícia de Darcy Ribeiro.

Os arts. 3º, 4º e 5º especificam detalhes do processo a ser seguido para a premiação; e o art. 6º dá à Mesa Diretora do Congresso Nacional a competência para definir sobre o teor do prêmio que será sugerido pelo Conselho.

O autor, justificando sua proposição, além de ressaltar as grandes realizações e a projeção nacional e internacional do patrono do prêmio, o educador, antropólogo, escritor e político Darcy Ribeiro, salienta a importância atual da educação e a necessidade de se oferecer à nossa juventude exemplos de legítimo exercício da cidadania.

**II – Voto**

Quanto ao destaque à educação, pode-se considerá-lo como uma feliz iniciativa, pois ela merece, em nossa época, total prioridade e valorização.

Em relação ao patrono, consideramos o nome do eminente Senador Darcy Ribeiro à altura do prêmio e, ao mesmo tempo, uma justa homenagem a um extraordinário brasileiro que, sem dúvida alguma, é um exemplo às novas gerações.

No que diz respeito à premiação, além de oportuna, tem ela o mérito de destacar nomes de pessoas ou organizações que, pelos relevantes serviços prestados à educação brasileira, são merecedoras de destaque nacional como dignos exemplos para a nossa juventude tão carente, hoje em dia, de referências patrióticas.

Aprovando este projeto de resolução, O Congresso estará enriquecendo a galeria de personalidades nacionais em uma área que realmente merece maiores referências. Destacar exemplos para as novas gerações é obra educativa de suma importância, pois nada melhor existe do que o exemplo para se educar as crianças e os jovens. Este é um ensinamento que nos vem de um dos maiores educadores da antiguidade, Sêneca, o qual dizia: "**Magister se ipsum docet discipulis**".

No entanto, três observações se fazem necessárias em relação à redação do projeto. A primeira delas diz respeito ao nome do prêmio que, a nosso ver, ficaria melhor denominado como "Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro". A segunda é quanto ao art. 6º, o qual é desnecessário e poderia gerar problemas para a aprovação do projeto; A terceira observação é mais uma sugestão para se acrescentar, ao final do projeto, o tradicional artigo que revoga as disposições em contrário.

Não vemos, do ponto de vista constitucional e quanto à juridicidade, quaisquer óbices, pois a lei que veda a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente à União, não se aplica ao caso.

Em relação à redação e à técnica legislativa, apresentamos quatro emendas que não atingem o mérito da proposição.

Destarte, votamos pela aprovação do projeto com as emendas a seguir:

**EMENDA Nº 5 – CDIR**

Substitua-se, na ementa e em toda a redação do projeto, a expressão "Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro" por "Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro".

**EMENDA Nº 6 – CDIR**

Substitua-se, no art. 2º, a palavra "Prêmio" por "Diploma".

**EMENDA Nº 7 – CDIR**

Suprima-se o art. 6º renumerando-se o art. 7º, que passa a ser art. 6º.

**EMENDA Nº 8 – CDIR**

Acrescente-se, ao final do projeto de resolução, o seguinte artigo:

"Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão Diretora, – **Júlio Campos** – Presidente – **Ney Suassuna** – Relator – **Renan Calheiros** – **Ernandes Amorim** – **Eduardo Suplicy** – **Emília Fernandes**.

**PARECER Nº 428, DE 1997**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.**

**Relator: Senador Roberto Requião**

**I – Relatório**

Com o objetivo de instituir o Prêmio Nacional Darcy Ribeiro para prestar homenagens as pessoas físicas ou jurídicas por relevante contribuição à causa da educação nacional, o Projeto de Resolução nº 51, de 1996-CN, de autoria do eminente Senador Sebastião Rocha, foi despachado para ser apreciado por esta Comissão, em virtude da aprovação do Requerimento nº 1.012, de 1996, após ter sido ele aprovado, com quatro emendas do Relator, Senador Ney Suassuna, na 15ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 10 de outubro de 1996.

Determina o Projeto em apreciação que o referido Prêmio será conferido, anualmente, em sessão do Congresso Nacional, a realizar-se no primeiro dia útil após o dia 26 de outubro, data natalícia do Senador Darcy Ribeiro.

Estabelece ainda que a escolha do agraciado será feita por um Conselho, integrado por cinco membros do Congresso Nacional e pelo seu Presidente. Os detalhes do processo a ser seguido para a premiação estão contidos nos artigos 3º, 4º e 5º.

Quanto ao teor do Prêmio, o Projeto diz apenas que ele será sugerido pelo Conselho à Comissão Diretora do Congresso Nacional.

Justificando sua proposição, o Senador Sebastião Rocha ressalta, em primeiro lugar, algumas das principais realizações do Senador Darcy Ribeiro, seja como educador, seja como antropólogo, escritor e político. Destaca também sua projeção internacional, que foi confirmada recentemente com sua escolha, por unanimidade, para receber o Prêmio Interamericano de Educação "Andrés Bello", da Organização dos Estados Americanos – OEA.

Em segundo lugar, refere-se à importância da educação e à necessidade de se oferecer à nossa juventude exemplos de legítimo exercício da cidadania.

## II – Voto

A análise da constitucionalidade e da juridicidade da matéria deve ser feita por esta Comissão, levando-se em conta que o Parecer da Comissão Diretora, relatado pelo Senador Ney Suassuna, com quatro Emendas, foi aprovado pela Mesa do Senado Federal na sua 15ª reunião, realizada em 10 de outubro de 1996.

Duas das Emendas aprovadas alteraram o nome do "prêmio" para "diploma", ou seja: "Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro", uma vez que a expressão "prêmio" poderia dar a entender a entrega, ao escolhido, de uma determinada quantia ou algo com valor pecuniário, o que envolveria aspectos financeiros e aumento das despesas do Poder Legislativo.

A terceira Emenda suprimiu o art. 6º, que dava à Mesa Diretora do Congresso Nacional poderes para definir o teor do Prêmio, uma vez que este dispositivo teria se tornado desnecessário com a aprovação das Emendas anteriores, que transformaram o "prêmio" em "diploma".

A quarta Emenda determinou apenas uma correção de técnica legislativa: o acréscimo de um artigo para a revogação das disposições em contrário.

Destarte, o Projeto de Resolução, com as emendas que o alteraram, encontra-se dentro da boa técnica legislativa.

Quanto à juridicidade, não vemos quaisquer objeções, uma vez que o que é proibido pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, é apenas a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração Indireta. Não há, pois, como se enquadrar na tipologia da referida lei, mesmo com uma interpretação mais aberta, um diploma de mérito, apesar de seu extraordinário valor moral.

Em relação à constitucionalidade, também não encontramos óbices, pois a matéria é de competência do Congresso Nacional, que, aprovando-a, estará dando destaque especial tanto à educação, que realmente merece prioridade e valorização, quanto a nomes de pessoas e organizações que merecem projeção nacional pelos relevantes serviços prestados à educação, e que merecem ser citados como exemplos para as novas gerações, hoje tão carentes de referências patrióticas.

Por outro lado, a escolha do nome do Senador Darcy Ribeiro constitui-se, também, em uma oportuna homenagem, que, além de constitucional, é um justo reconhecimento das extraordinárias qualidades do educador e político que tantos serviços tem prestado ao Brasil.

Apesar de não ser competência desta Comissão, a análise do mérito, consideramos importante repetir as palavras do Relator, Senador Ney Suassuna, a respeito: "Aprovando este projeto de resolução, o Congresso estaria enriquecendo a galeria de personalidades nacionais em uma área que realmente merece maiores referências. Destacar exemplos para as novas gerações é obra educativa de suma importância, pois nada melhor existe do que o exemplo para se educar as crianças e os jovens. Este é um ensinamento que nos vem de um dos maiores educadores da antiguidade, Sêneca, o qual dizia: **Magister se ipsum docet discipulis**".

Votamos, pois, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 51, de 1996-CN, por ser constitucional e preencher os requisitos da juridicidade, nos termos em que já foi aprovado pela Mesa do Senado Federal.

Sala da Comissão, 19 de março de 1997. —  
**Bernardo Cabral**, Presidente — **Roberto Requião**, Relator — **Iris Rezende** — **Sebastião Rocha** — **Ramez Tebet** — **Lúcio Alcântara** — **José Eduardo Dutra** — **José Bianco** — **Josaphat Marinho** — **Francelino Pereira** — **Regina Assumpção** — **Antonio Carlos Valadares** — **Jefferson Péres**.

*Documentos anexados nos termos no art. 250, parágrafo único do Regimento Interno.*

### NOTA TÉCNICA Nº 307, DE 1996

**Sobre o Projeto de resolução nº 51, 1996 – CN, que "institui o Prêmio nacional de Educação Darcy Ribeiro".**

Em atendimento à consulta do Sr. Relator, Senador Jefferson Péres, cumpre informar que não foi encontrado óbice legal à instituição de prêmio oficial com o nome de pessoa viva. A consulta à legislação indica apenas que a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977 (anexa), veda a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta.

Por outro lado, cabe ressaltar que a adoção, pelo Projeto, de uma honraria que leve o título de prêmio sugere, de pronto, a concessão de pecúnia o que implicaria dotação específica na provisão orçamentária anual, na contramão da política de austeridade recomendada pela Casa. O art. 6º, portanto, é suscetível de inviabilizar a homenagem, cujo valor moral se sobrepõe a qualquer outro.

Brasília, 5 de junho de 1996. — **Candido Alberto da Costa Gomes**, Consultor Legislativo.

Ata da 15ª Reunião da Mesa do Senado Federal,  
realizada em 10 de outubro de 1996.

Aos dez dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e seis, às dez horas e trinta minutos, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, no exercício da Presidência; Renan Calheiros, 2º Secretário; Ernandes Amorim, 4º Secretário; Emília Fernandes e Eduardo Suplicy, Suplentes de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. Foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior. O Senhor Presidente inicia a reunião, apresentando os assuntos constantes da pauta. **Item 1:** Requerimento nº 869, de 1996, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informação ao Ministro de Estado de Minas e Energia. Aprovado. **Item 2:** Requerimento nº 870, de 1996, de autoria do Senador **Pedro Simon**, solicitando informação ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Aprovado. **Item 3:** Requerimento nº 871, de 1996, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informação ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Aprovado. **Item 4:** Requerimento nº 918, de 1996, de autoria do Senador **José Eduardo Dutra**, solicitando informação ao Banco Central do Brasil, através do Ministro de Estado da Fazenda. Aprovado. **Item 5:** Requerimento nº 936, de 1996, de autoria do Senador **Freitas Neto**, solicitando informação ao Ministro de Estado dos Transportes. Aprovado. **Item 6:** Requerimento nº 937, de 1996, de autoria do Senador **Gilberto Miranda**, solicitando informação ao Banco Central do Brasil, através do Ministro de Estado da Fazenda. Aprovado. **Item 7:** Requerimento nº 938, de 1996, de autoria do Senador **Ernandes Amorim**, solicitando informação ao Ministro de Estado da Fazenda. Aprovado. **Item 8:** Requerimento nº 949, de 1996, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy** solicitando informação ao Ministro de Estado da Fazenda. Aprovado. **Item 9:** Requerimento nº 950, de 1996, de autoria do Senador **Gilberto Miranda** solicitando informação ao Ministro de Estado da Fazenda. Aprovado. **Item 10:** Requerimento nº 951, de 1996, de autoria do Senador **Gilberto Miranda** solicitando informação ao Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento. Aprovado. **Item 11:** Requerimento nº 961, de 1996, de autoria do Senador **Romero Jucá** solicitando informação à Caixa Econômica Federal, através do Ministro de Estado da Fazenda. Aprovado. **Item 12:** Requerimento nº 376/96-M, de autoria do Senador **Gilberto Miranda**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, licença para breve viagem ao exterior, no dia 23 de agosto, com o objetivo de manter contato com o Senhor Presidente da República do Paraguai, acerca de assunto relacionado com o Sistema Financeiro Nacional, previsto no art. 192 da Constituição Federal. Aprovado. **Item 13:** Requerimento nº 377/96-M, de autoria do Senador

**Lúdio Coelho**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada missão política de interesse parlamentar a sua ausência aos trabalhos da Casa nos dias 27, 28 e 29 de agosto, quando estará em Mato Grosso do Sul, na qualidade de Presidente Estadual do PSDB, tratando de assuntos relativos às próximas eleições municipais. Aprovado. **Item 14:** Requerimento nº 378/96-M, de autoria do Senador **Antônio Carlos Valadares**, solicitando, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como licença autorizada a sua ausência aos trabalhos da Casa no dia 27 de agosto, em virtude de reunião partidária em Aracaju, na qualidade de Presidente do Diretório Regional do PSB. Aprovado. **Item 15:** Requerimento nº 379/96-M, de autoria do Senador **José Alves**, solicitando, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 43, I, do Regimento Interno, seja considerado como licença o período de 26 a 30 de agosto, por encontrar-se em tratamento de saúde, conforme atestado médico que anexa. Aprovado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno. **Item 16:** Requerimento nº 380/96-M, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando, nos termos do art. 40, § 1º, do Regimento Interno, autorização para ausentar-se do País, no período de 8 a 15 de setembro, ocasião em que estará participando do VI Congresso do Grupo de Trabalho sobre a Renda Básica Européia, que ocorrerá em Viena, Áustria, a convite do Secretário do Grupo de Trabalho sobre Renda Básica da Universidade Católica de Louvain, Professor Phillippe Van Parijs. Referendada a aprovação do Plenário, ocorrida na sessão do dia 13 de agosto, conforme consta no Processo Diversos nº 72, de 1996. **Item 17:** Requerimento nº 381/96-M, de autoria do Senador **Bernardo Cabral**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos dias 02, 03 e 04 de setembro de 1996, para participar, como palestrante, da XVI Conferência Nacional dos Advogados, em Fortaleza-CE. Aprovado. **Item 18:** Requerimento nº 382/96-M, de autoria do Senador **Gilvam Borges**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como missão política de interesse parlamentar a sua ausência nos dias 29 e 30 de agosto, quando não comparecerá às sessões deliberativas da Casa. Aprovado. **Item 19:** Requerimento nº 383/96-M, de autoria do Senador **Júlio Campos**, solicitando, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerado como missão política de interesse parlamentar para tratar de assuntos político-partidários em seu Estado, o dia 29 de agosto. Aprovado. **Item 20:** Requerimento nº 384/96-M, de autoria da Senadora **Emília Fernandes**, solicitando, nos termos do art. 13, *caput*, do Regimento Interno, licença no dia 29 de agosto, devido

a compromissos assumidos no Estado do Rio Grande do Sul, para acompanhar o Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Aprovado. **Item 21:** Requerimento nº 385/96-M, de autoria da Senadora **Júnia Marise**, solicitando, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como licença autorizada a sua ausência aos trabalhos da Casa nos dias 13, 14, 15, 27 e 29 de agosto, a fim de exercer missão de caráter político-partidária, na qualidade de líder do PDT, em Minas Gerais. Aprovado. **Item 22:** Requerimento nº 386/96-M, de autoria do Senador **Onofre Quinan**, solicitando, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, licença para breve viagem ao exterior, no período de 31 de agosto a 07 de setembro. Aprovado. **Item 23:** Requerimento nº 387/96-M, de autoria do Senador **Vilson Kleinübing**, solicitando, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, licença nos dias 29 e 30 de agosto; e, por trinta dias, a partir do dia 02 de setembro, conforme atestados médicos que anexa. Aprovado. **Item 24:** Requerimento nº 388/96-M, de autoria do Senador **Darcy Ribeiro**, solicitando, nos termos da Resolução nº 37, de 1995, seja considerado como licença para tratamento de saúde o seu afastamento aos trabalhos da Casa nos dias 06, 07, 08, 13, 14 e 15 de agosto, conforme atestado médico que anexa. Aprovado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno. **Item 25:** Requerimento nº 389/96-M, de autoria do Senador **Bernardo Cabral**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 10 de setembro, para participar de evento cultural na cidade do Rio de Janeiro. Aprovado. **Item 26:** Requerimento nº 390/96-M, de autoria do Senador **Flaviano Melo**, solicitando, nos termos do art. 13, *caput*, do Regimento Interno, licença para desempenhar missão política de interesse parlamentar, nos dias 15, 27, 28 e 29 de agosto; e 10, 11 e 12 de setembro, para tratar de missão política da qual está incumbido em seu Estado, como Presidente Regional do PMDB. Aprovado. **Item 27:** Requerimento nº 391/96-M, de autoria do Senador **Gilvam Borges**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como missão política de interesse parlamentar a sua ausência nos dias 09, 10, 11, 12 e 13 de setembro, quando não comparecerá às sessões deliberativas da Casa. Aprovado. **Item 28:** Requerimento nº 392/96-M, de autoria da Senadora **Benedita da Silva**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerado como missão política de interesse parlamentar o período de 11 a 13 de setembro, a fim de participar, como palestrante, do evento "Programa de Liderança e Representação da Mulher", em Manágua, capital da Nicarágua. Aprovado. **Item 29:** Requerimento nº 393/96-M, de autoria do Senador **João Rocha**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno,

com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para integrar a Delegação Brasileira a 96ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Pequim, no período de 16 a 21 de setembro. Aprovado. **Item 30:** Requerimento nº 394/96-M, de autoria do Senador **Fernando Bezerra**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como missão política de interesse parlamentar a sua ausência aos trabalhos da Casa nos dias 10, 11 e 12 de setembro, quando estará proferindo palestras sobre a Economia Brasileira, na *U. S. Chamber of Commerce* e na Comissão de Comércio do Congresso Americano, USA. Aprovado. **Item 31:** Requerimento nº 395/96-M, de autoria do Senador **Gerson Camata**, solicitando, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, sejam considerados como licença para tratamento de saúde, os dias 11 e 12 de setembro, conforme atestado médico que anexa. Aprovado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno. **Item 32:** Requerimento nº 396/96-M, de autoria do Senador **José Serra**, solicitando, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, licença para tratar de interesse particular, de natureza política, nos dias 10 e 11 de setembro. Aprovado. **Item 33:** Requerimento nº 397/96-M, de autoria do Senador **Carlos Wilson**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para integrar a Delegação Brasileira a LI Assembléia Geral das Nações Unidas, no período de 18 de novembro a 07 de dezembro. Aprovado. **Item 34:** Requerimento nº 398/96-M, de autoria do Senador **Vilson Kleinübing**, solicitando, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, seja considerado como licença para tratamento de saúde o período de 02 de setembro a 1º de outubro, conforme atestado médico que anexa. Aprovado. **Item 35:** Requerimento nº 399/96-M, de autoria do Senador **Mauro Miranda**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, seja considerada a sua presença às sessões do dia 10 de setembro, uma vez que compareceu à sessão ordinária realizada naquela data, não tendo comparecido às sessões extraordinárias em razão de compromissos político-partidários que havia assumido anteriormente. Aprovado. **Item 36:** Requerimento nº 400/96-M, de autoria da Senadora **Júnia Marise**, solicitando, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como licença autorizada a sua ausência aos trabalhos da Casa nos dias 10, 11 e 12 de setembro, a fim de exercer missão de caráter político-partidária, na qualidade de líder do PDT, em Minas Gerais. Aprovado. **Item 37:** Requerimento nº 401/96-M, de autoria do Senador **Bernardo Cabral**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 23 a 27 de setembro, para participar, como membro do *Benefit Committee*, da VII Semana da Amazônia, em New York-USA. Aprovado. **Item 38:**

Requerimento nº 402/96-M, de autoria do Senador **Gilvam Borges**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para integrar a Delegação Brasileira a LI Assembléia Geral das Nações Unidas, no período de 25 de outubro a 10 de novembro. Aprovado. **Item 39:** Requerimento nº 403/96-M, de autoria do Senador **Silva Júnior** solicitando, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, seja considerado como licença autorizada o seu afastamento aos trabalhos da Casa, no dia 09 de outubro. Aprovado. **Item 40:** Requerimento nº 404/96-M, de autoria do Senador **Gilberto Miranda** solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, licença para ausentar-se do País no período de 28 de setembro a 04 de outubro, para participar da Assembléia Anual do Fundo Monetário Internacional, nos Estados Unidos da América do Norte, a fim de subsidiar a Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, na regulamentação do art. 192 - CF. Aprovado. **Item 41:** Requerimento nº 405/96-M, de autoria do Senador **Artur da Távola** solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para ausentar-se do País, no período de 07 a 10 de outubro, quando estará representando a Comissão de Educação da Casa, no Encontro de Legisladores Culturais do Mercosul e Espanha, que realizar-se-á na Argentina. Aprovado, nos termos do art. 13 do Regimento Interno. **Item 42:** Requerimento nº 406/96-M, de autoria do Senador **Artur da Távola** solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como missão política de interesse parlamentar e partidário a sua ausência aos trabalhos da Casa, no período de 15 a 17 de outubro, quando estará participando do I Simpósio Brasileiro sobre Televisão, Criança e Imaginário, promovido pela USP, São Paulo. Aprovado. **Item 43:** Requerimento nº 407/96-M (referente ao Of. nº 116/96-GSGMEL), de autoria do Senador **Geraldo Melo** comunicando, nos termos do art. 13 e parágrafos do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que estará ausente das sessões da Casa, nos dias 14 e 15 de outubro, em virtude de compromissos político-partidários em seu Estado. Aprovada a licença, nos termos do art. 13 do Regimento Interno. **Item 44:** Requerimento nº 409/96-M, de autoria do Senador **Carlos Wilson** solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para participar, como convidado e membro, da reunião da Comissão de Agricultura do Parlamento Latino-Americano, a realizar-se em Punta Del Este, Uruguai, no período de 06 a 08 de outubro. Aprovado. **Item 45:** Requerimento nº 411/96-M, de autoria do Senador **José Bianco** solicitando, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 56, inciso II, da Constituição Federal, licença para tratar de interesses particulares por 08 (oito) dias, a partir do dia 08 de outubro. Aprovado. **Item 46:** Requerimento nº 412/96-M, de autoria do Senador **Levy Dias** solicitando,

nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37/95, seja considerada como licença autorizada a sua ausência nos dias 08, 09 e 10 de outubro, quando estará afastado dos trabalhos da Casa, para tratar de assuntos partidários em seu Estado. Aprovado. **Item 47:** Requerimento nº 413/96-M, de autoria do Senador José Serra solicitando, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, licença para tratar de assuntos particulares nos dias 08 e 09 de outubro. Aprovado. **Item 48:** Requerimento nº 414/96-M, de autoria do Senador Jonas Pinheiro solicitando, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, licença para tratar de interesse particular nos dias 08, 09 e 10 de outubro, considerando-se o agravamento do estado de saúde de pessoa da família. Aprovado. **Item 49:** Requerimento nº 415/96-M, de autoria do Senador Darcy Ribeiro solicitando, nos termos da Resolução nº 37, de 1995, seja considerado como licença para tratamento de saúde o seu afastamento aos trabalhos da Casa nos dias 10, 11 e 12 de setembro. Aprovado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno. **Item 50:** Requerimento nº 416/96-M, de autoria do Senador José Alves solicitando, nos termos do art. 56, item II, da Constituição Federal, e do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, licença no período de 12 a 26 de outubro, quando estará ausente dos trabalhos da Casa para breve viagem ao exterior. Aprovado. **Item 51:** Requerimento nº 417/96-M, de autoria do Senador Coutinho Jorge solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como licença autorizada a sua ausência nos dias 16, 17, 18, 21 e 22 de outubro, quando estará participando, sem ônus para o Senado, da reunião do Parlamento Latino Americano a realizar-se em Havana - Cuba, no período de 18 a 20 de outubro, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Culturais, Educação, Ciência e Tecnologia do mencionado organismo internacional. Aprovado. **Item 52:** a Mesa recebeu, nos termos do art. 39, alínea a, do Regimento Interno, comunicações de ausência do País, dos Srs. Senadores Gilberto Miranda, no dia 23 de agosto, para breve viagem à República do Paraguai, com o objetivo de manter contato com o Senhor Presidente daquele País, acerca de assunto relacionado com o Sistema Financeiro Nacional, previsto no art. 192 da Constituição Federal; Fernando Bezerra, no período de 29 de agosto a 13 de setembro, quando estará participando de reuniões da Comissão de Organização da OIT - Organização Internacional do Trabalho e OIE - Organização Internacional dos Empresários, na Inglaterra e França. Posteriormente, dentro do referido período, viajará aos Estados Unidos da América, onde proferirá palestra sobre a Economia Brasileira na *U. S. Chamber of Commerce* e na Comissão de Comércio do Congresso Americano, além de manter audiências com o Presidente do BID e com o Secretário de Comércio dos Estados Unidos; Onofre Quinan, no período de 31 de agosto a 07 de

setembro, para breve viagem de caráter particular; **Benedita da Silva**, no período de 11 a 13 de setembro, a fim de participar do evento Programa de Liderança e Representação da Mulher, em Manágua, capital da Nicarágua; **João Rocha**, no período de 12 a 30 de setembro, para integrar a Delegação Brasileira a 96ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Pequim; **Carlos Wilson**, no período de 18 de novembro a 07 de dezembro, para integrar a Delegação Brasileira a LI Assembléia Geral das Nações Unidas; **Vilson Kleinübing** (Of. 170/96 GSKLEIN), no período de 21 de setembro a 02 de outubro, quando realizará exames médicos nos Estados Unidos da América; **Gilvam Borges**, no período de 25 de outubro a 10 de novembro, para integrar a Delegação Brasileira a LI Assembléia Geral das Nações Unidas; **Carlos Wilson**, no período de 06 a 09 de outubro, para participar, como convidado e membro, da reunião da Comissão de Agricultura do Parlamento Latino-Americano, a realizar-se em Punta Del Este, Uruguai; **José Serra**, no período de 04 a 13 de outubro. **Item 53:** Projeto de Resolução nº 02/96-CN, de autoria do **Deputado José Fortunati** e outros Parlamentares, que "Dispõe sobre a criação de Comissão Mista Permanente para Assuntos do Sistema Financeiro." A seguir, foi lido o Relatório apresentado pelo Senador Ney Suassuna. Após discussão, é aprovado o Parecer, concluindo pela rejeição da matéria, vencido o Senador Eduardo Suplicy. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 54:** Projeto de Resolução nº 51/96-CN, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que "Institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro e dá outras providências." O Senhor Presidente determina a leitura do Relatório apresentado pelo Senador Ney Suassuna. Após discutir a matéria, é o Parecer aprovado, com as emendas de nºs 01 a 04 - CDIR. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 55:** Sindicância nº 02/96 (Processo nº 007487/96-7, de 21-05-96, na origem), de autoria do SETRAN - Serviço de Transportes do Senado Federal, que "Presta informações referentes a entrada de 01 (um) veículo VW Quantum, sem autorização, nas dependências daquele Serviço, identificando-se como Deputado Federal Augusto de Carvalho e acompanhado de um fotógrafo." A Presidência informa aos Presentes que a matéria está instruída com Relatório, acompanhado de minuta de ofício, apresentado pelo Senhor Corregedor. Em seguida, é feita a leitura do Relatório e da minuta do referido ofício. Submetido à votação, é aprovado o Relatório, inclusive o ofício a que o mesmo se refere. À Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis. Nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e cinquenta e cinco minutos declara encerrada a reunião, ao tempo em que determina que eu, (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata que, após aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala de Reuniões, em 10 de outubro de 1996.

Senador **JÚLIO CAMPOS**, 2º Vice-Presidente,  
no exercício da Presidência.

**REQUERIMENTO Nº 1.012, DE 1996**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno, requeiro que, sobre o Projeto de Resolução nº 51 seja ouvida a CCJ e Cidadania.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1996. –  
**Josaphat Marinho.**

OF. Nº SF/279/97

Em 24 de março de 1997

Exmº Sr.

Senador Artur da Távola  
Presidente da Comissão de Educação

Senhor Presidente,

Na sessão do dia 7 de agosto de 1996 foi aprovado o Requerimento nº 634, de 1996 (fls. 8) solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 51, de 1996 – CN, que havia sido despachado às Comissões de Educação e Diretora e, posteriormente, em virtude da aprovação do Requerimento nº 1.012, de 1996, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

Tendo em vista que as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora já se manifestaram acerca da matéria, solicito seja submetida ao Plenário da Comissão presidida por V. Exª minuta de parecer constante das fls. 4 a 6 do referido processo.

Atenciosamente, Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

**PARECER Nº 429, DE 1997**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício "S" nº 63, de 1997 (Ofício PRESI nº 2.500, de 18-8-97, na origem), do Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Prefeito do Município de São Paulo para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo – LFTM-SP, destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Município, vencível no 2º semestre de 1997.**

**Relator: Senador Gilberto Miranda**

**I – Relatório**

Vem a esta Casa ofício do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de São Paulo para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTM-SP), cujos recursos servirão ao

giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.

O pleito está submetido aos termos da Resolução nº 69/95, que dispõe sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas autarquias, inclusive o lançamento de títulos da dívida pública.

A emissão de LFTM-SP, ora sob análise, apresenta as seguintes características:

- a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, deduzida a parcela a ser definida pelo Senado Federal;
- b) *modalidade*: nominativa-transferível;
- c) *rendimentos*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25-11-87;
- d) *prazo*: até 4(quatro) anos;
- e) *valor nominal*: R\$1,00 (Selic);
- f) *características dos títulos a serem substituídos*:

SELIC

Título	Vencimento	Quantidade
691096	1º- 9-97	77.484.931
691093	1º-10-97	13.486.744
691096	1º-11-97	13.333.984
691096	1º-12-97	28.971.365
691061	1º-12-97	9.049.456.137

Obs.: Como pode ser observado a quantidade total de títulos é de 9.182.733.161 LFTM-SP. este montante decorre do fato de a emissão, com código 691.461, ter sido realizada em 1993, quando a moeda vigente era o cruzeiro, que foi transformado em cruzeiro real com a divisão por 1.000, e, em real, com a divisão por 2.750. O valor financeiro dos títulos, em 30-6-97, representa R\$446.230.526,39;

g) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos*:

SELIC

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
1º 9-1997	1º- 9-2000	691096	1º- 9-1997
1º-10-1997	1º-10-2000	691096	1º-10-1997
3-11-1997	1º-11-2000	691094	1º-11-1997
1º-12-1997	1º-12-2001	691061	1º-12-1997

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20-9-79, do Banco Central;

l) *autorização Legislativa*: Lei nº 7.945 e Decreto nº 27.630, de 29-10-73 e 26-1-89, respectivamente.

O processo encontra-se adequadamente instruído, de acordo com as exigências do art. 13 da resolução acima referida.

O Banco Central do Brasil pronunciou-se sobre a operação através do Parecer Dedip/Diare-97/0619 de 18-8-97, no qual analisa as condições para emissão dos títulos, tendo constatado que se encontra dentro dos limites previstos, preconizando um percentual de rolagem de 90,52% em função dos limites de comprometimento já assumidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

Para efeito de comprovação dos gastos com a remuneração dos membros do Poder Legislativo local, com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com pessoal, conforme estabelecem os arts. 29 e 212 da Constituição Federal, o então vigente art. 38 da ADCT e a Lei Complementar nº 82, de 27-3-95, bem como o pleno exercício da competência tributária, relativamente ao exercício de 1995, a Prefeitura de São Paulo, apresentou certidões do Tribunal de Contas do Município.

A dívida total da Prefeitura Municipal de São Paulo, atingiu em junho de 1997, o montante de R\$7.046 milhões, sendo a dívida mobiliária responsável por 78,5% deste total.

É o relatório.

## II - Voto

A Prefeitura Municipal de São Paulo, vem se caracterizando pelo esforço em controlar a sua dívida mobiliária, bem como pela melhora do desempenho de seus indicadores de finanças públicas, tendo, igualmente, respeitado as disposições do Senado Federal, contidas na Resolução nº 69, de 1995, as quais tem sido rigorosamente obedecidas pelo município, dentro da política geral de controle do endividamento do setor público.

Especificamente no que se refere à dívida mobiliária municipal, a rolagem de títulos ora analisada vem ocorrer em momento de significativa importância no cumprimento do orçamento municipal, dado o elevado montante desta.

Por oportuno, cabe ressaltar que a Prefeitura está cumprindo o disposto na Lei Rita Camata (Lei Complementar nº 82, de 1995), apontada no referido parecer.

No sentido de manter os princípios que vêm norteando as decisões desta Comissão de assuntos Econômicos, em relação a matérias similares, e com base na avaliação da situação conjuntural que ora se apresenta, considero adequada a rolagem de par-

cela equivalente a 98% da dívida mobiliária municipal vincenda no 2º semestre de 1997.

Igualmente, com vistas ao perfeito conhecimento desta Casa sobre as condições de negociação dos títulos a serem emitidos e a exemplo do que foi determinado para outras autorizações similares, consideramos adequado incluir os §§ 1º e 2º do art. 2º e o art. 3º, no Projeto de resolução ora submetido à apreciação dos ilustres pares.

Concluindo, pois, que se encontram atendidas as condições estabelecidas na Resolução nº 69/95, sou de parecer favorável ao atendimento do pleito da Prefeitura Municipal de São Paulo, nos termos do seguinte:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 107, DE 1997

**Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a emitir por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTM-SP), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de São Paulo autorizada, nos termos da resolução nº 69, de 1995, a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTM-SP), para giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, deduzida a parcela correspondente a 2% (dois por cento);

b) *modalidade*: nominativa-transferível;

c) *rendimentos*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25-11-87;

d) *prazo*: até 4 (quatro) anos;

e) *valor nominal*: R\$1,00 (Selic);

f) *características dos títulos a serem substituídos*:

SELIC

Título	Vencimento	Quantidade
691096	1º- 9-97	77.484.931
691093	1º-10-97	13.486.744
691096	1º-11-97	13.333.984
691096	1º-12-97	28.971.365
691061	1º-12-97	9.049.456.137

g) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:*

SELIC

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
1º 9-1997	1º 9-2000	691096	1º 9-1997
1º-10-1997	1º-10-2000	691096	1º-10-1997
3-11-1997	1º-11-2000	691094	1º-11-1997
1º-12-1997	1º-12-2001	691061	1º-12-1997

h) *forma de colocação:* através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20-9-79, do Banco Central;

i) *autorização legislativa:* Lei nº 7.945 e Decreto nº 27.630, de 29-10-73 e 26-1-89, respectivamente.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º A Prefeitura do Município de São Paulo encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta resolução.

Art. 3º No prazo máximo de quatorze dias, após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, o Banco Central do Brasil encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final, bem como a efetivação de sua venda definitiva.

Art. 4º A presente autorização deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 1997. —  
**José Serra**, Presidente — **Gilberto Miranda**, Relator — **Roberto Requião** — **Eduardo Suplicy** — **Esperidião Amin** — **Osmar Dias** — **Casildo Maldaner** — **Pedro Simon** — **Ramez Tebet** — **Freitas Neto** — **Eplacício Cafeteira** — **Bello Parga** — **Valmir Campelo** — **Vilson Kleinübing** — **Joel de Hollanda**.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) — Os pareceres lidos vão à publicação. Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 83/97-CCJ

Brasília, 18 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada em 25-6-97, deliberou no sentido de encaminhar a Proposta de Emenda Constitucional nº 43 de 1995, de autoria do Senador Romero Jucá, a qual "altera o art. 46 da Constituição Federal", ao exame da Comissão Temporária destinada a estudar a reforma político-partidária. — Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) — O ofício lido vai à publicação.

A matéria vai à comissão temporária criada por intermédio do Requerimento nº 518, de 1995, destinada a estudar a reforma político-partidária.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 80/97-CCJ

Brasília, 8 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 257 do Regimento Interno do Senado Federal encaminho a Vossa Excelência as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21/96 e 27/96 que tramitam em conjunto, respectivamente de autoria dos Senadores José Ignácio Ferreira e Odacir Soares, em virtude do Requerimento deferido por esta Presidência solicitando a retirada da primeira proposição. — Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) — O ofício lido vai à publicação.

Tendo em vista o disposto no Ofício que acaba de ser lido e uma vez que a matéria retirada tramita em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 1996, a Presidência encaminha ao Arquivo a Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1996, devendo a de nº 27, de 1996, prosseguir em sua tramitação junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, face ao disposto no art. 260, a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) — O Projeto de Resolução nº 51, de 1996-CN, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno,

combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) – O Projeto de Resolução nº 107, de 1997, constante de parecer lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu da Diretoria de Crédito Público da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais o Ofício nº 77, de 1997, de 18 do corrente, encaminhando, nos termos do §2º do art. 3º da Resolução nº 60, de 1997, a documentação referente à oferta de títulos emitidos no último dia 15-8-97.

O expediente, anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 78, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária do próximo dia 27 será dedicado a reverenciar a memória do ex-Presidente Getúlio Vargas, pela passagem do 43º aniversário de seu falecimento, de acordo com o Requerimento nº 572, de 1997, da Senadora Emília Fernandes e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência lembra aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14h30, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

### Item Único

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1993 (nº 5.813/90, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado, na condição que especifica, tendo

Pareceres sob nºs 341, de 1995, e 155, de 1997, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Emília Fernandes:

– 1º pronunciamento: favorável; e

– 2º pronunciamento (reexame, em virtude do Requerimento nº 1.109/95): favorável, com Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

(Em virtude de adiamento)

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 14h30min.)*

(OS 15188/97)

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

**Criada através do Requerimento nº 1.101, de 1996-SF, destinada a "apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996.**

**40ª Reunião Realizada em 19 de agosto de 1997.**

Às dezessete horas e dezesseis minutos dos dezenove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bernardo Cabral (Presidente), Roberto Requião (Relator), Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Espiridião Amin, José Agripino, Wilson Kleinubing e Romeu Tuma, e ainda o Senhor Senador Pedro Simon, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Apurar Irregularidades Relacionadas à Autorização, emissão e negociação de Títulos Públicos, Estaduais e Municipais, nos Exercícios de 1995 e 1996. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Bernardo Cabral, declara aberta a reunião e informa que esta tem por finalidade o encerramento dos trabalhos da CPI. A seguir, a Presidência dá conhecimento aos Senadores do parecer do Senador Josaphat Marinho, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que mantém o Relatório do Senador Roberto Requião com as modificações apresentadas por S. Exa. e toma insubsistente a reunião realizada no dia vinte e três de julho do corrente ano. São aprovados por unanimidade os seguintes itens: 1) o encaminhamento da questão da suspensão das negociações dos títulos públicos à Comissão de Assuntos Econômicos, bem como à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cuja orientação deverá ser enviada ao Banco Central e 2) o encaminhamento do Relatório Final da Comissão com as modificações

do Senhor Relator, bem como dos votos em separado e declaração de voto e do parecer do Senador Josaphat Marinho ao Presidente do Senado Federal e ao Procurador-Geral da República e 3) a disponibilização destes documentos na **home page** do Senado para acesso via Internet. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Luiz Cláudio de Brito, Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito, respondendo pela Secretaria, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas.

**ANEXO À ATA DA 40ª REUNIÃO DE 1997 DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1.101, DE 1996-SF, DESTINADA A "APURAR IRREGULARIDADES RELACIONADAS À AUTORIZAÇÃO, EMISSÃO E NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, NOS EXERCÍCIOS DE 1995 E 1996, REALIZADA EM 19-8-97, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador **Bernardo Cabral**

Relator: Senador **Roberto Requião**

*Íntegra de Acompanhamento Taquigráfico*

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Está aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996.

Esta reunião tem a finalidade de encerrar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, atendendo à determinação do Plenário do Senado Federal, que permitiu, tão logo houvesse a deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em atenção a recursos que foram levados até o Plenário pelos eminentes Senadores Geraldo Melo, Eduardo Suplicy e Ney Suassuna e, logo após, encaminhados a esta Presidência, ter-se-ia o prazo de 48 horas – que é exatamente o que está acontecendo.

Dou conhecimento aos eminentes Srs. Senadores que, por sinal, já é amplamente uma versão que V. Ex<sup>as</sup> conhecem, do parecer do eminente parecer do Senador Josaphat Marinho, que foi o Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Naquela comissão permanente, o parecer de S. Ex<sup>a</sup> foi aprovado por unanimidade e a conclusão do voto é neste sentido.

Nestas condições, opinamos pela procedência do recurso, a fim de que sejam restauradas a validade e a eficácia da primeira decisão, que aprovou, por unanimidade, o relatório do Senador Roberto Requião, as modificações por ele feitas e as recomendações e propostas constantes do texto com as ressalvas dos votos em separado.

Destaca o Senador Josaphat Marinho a problemática dos votos em separado da seguinte forma: como os votos em separado, conquanto mencionados no momento da primeira decisão, só foram conhecidos na formação da segunda decisão, ora declarada insubsistente, devem ser anexados ao relatório nos seus termos originários, para que representem a ressalva de seus signatários. Ignorá-los por formalismo, destaca S. Ex<sup>a</sup>, não seria jurídico, nem ético. Assim, também deverá ser cumprido o art. 150 do Regimento Interno, que determina o envio do relatório e conclusões à Mesa, para conhecimento do Plenário.

Foram enviados ao Presidente do Senado o relatório e suas conclusões e aquela Presidência determina a volta a esta Comissão. A esta Comissão, portanto, cabe tão-somente tomar conhecimento da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aplicá-la no prazo que lhe foi assinado. Nesse contexto, pois, não cabem vistas – não há matéria sobre a qual deliberar –, nem recursos, pois a deliberação do Plenário, em conformidade com o art. 101, V, do Regimento Interno do Senado Federal, tomou a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania irrecorrível. A única hipótese de recurso prevista pelo Regimento Interno, art. 91, §§ 3º e 4º, diz respeito exclusivamente às deliberações em caráter terminativo das comissões permanentes sobre o projeto. Essa hipótese, reitera-se, não se aplica ao caso interno.

Essa é a conclusão de quem assumiu a responsabilidade como Consultor-Geral Legislativo, chefe, portanto, da Consultoria, o eminente professor Dr. Estevam Resende Martins, em nota técnica, que a Presidência vai fazer juntar aos autos, para que bem se distinga que esses Srs. Senadores integrantes desta Comissão tiveram exatamente o caminho correto.

A reunião do dia 23 deliberou sobre a problemática da suspensão das negociações dos títulos públicos. Por sugestão do eminente Senador Vilson Kleinübing, seguido pela unanimidade da Comissão, decidiu-se enviar expediente ao Banco Central. Essa circunstância ficou paralisada até que, nessa reunião do dia 23, deliberou-se que a Comissão de Assuntos

Econômicos deveria manifestar-se sobre a matéria. Como essa reunião foi declarada insubsistente, a Presidência retoma o assunto e pede aos Srs. Senadores que ratifiquem a decisão anterior, no sentido de que a Comissão de Assuntos Econômicos examine a matéria e, após sua conclusão, seja enviada orientação ao Banco Central para o resgate dos títulos.

O eminente Senador Relator não quer manifestar-se, pois já havia declarado a esta Presidência sua concordância.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Após a manifestação da Comissão de Assuntos Econômicos, o Presidente daquela Comissão deverá encaminhar a matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por igual, a Presidência pede que o eminente Secretário desta Comissão tome a si, para as devidas correções, que na última ata se diz que o Plenário aprova por unanimidade a votação dos votos em separado e aprovados serão integrantes do texto do relatório. O que fica valendo é a modificação feita pelo Relator, com os votos em separado que são incorporados ao relatório, dele fazendo parte integrante, dentro da decisão formulada pelo eminente Relator e aprovada, por unanimidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Feita essa ressalva, declaro aos eminentes Senadores que o relatório, com o voto do eminente Senador Josaphat Marinho, serão encaminhados ao Presidente do Senado Federal e ao Procurador-Geral da República, assim como a Internet, com os anexos, poderá ser acessada para que todos tenham conhecimento do que decidiu esta Comissão.

Devo declarar por justiça: como o homem do Amazonas que usa arpão para pegar o peixe, não uso arpão alheio para dele me beneficiar. Essa é uma lembrança do eminente Senador Eduardo Suplicy, e espero que toda a Comissão esteja de acordo, para que o povo brasileiro tenha conhecimento por meio da Internet.

Srs. Senadores, o eminente Senador Eduardo Suplicy pede que o Relatório completo da CPI e os anexos, inclusive o parecer do Senador Josaphat Marinho, sejam colocados na **home page** do Senado, de forma a ser acessado pela Internet. Foi exatamente o que acabamos de decidir por unanimidade.

Devo fazer outro registro: os eminentes Srs. Senadores, a começar pelo Senador Roberto Requião, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e a terminar pela Presidência, entenderam por bem que esta é uma reunião de encerramento. Como tal, S. Ex<sup>a</sup>, que, sem dúvida nenhuma, foi sempre o árbitro do encaminhamento e da forma com os demais companheiros – e aqui seria inútil e, na linguagem jurídica, despiciente citar os nomes –, não usará da palavra.

O Senador Roberto Requião disse à Presidência que se considera satisfeito pela forma com que a Nação acolheu a aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; os demais Senadores, a mesma coisa.

Se me permitirem, entendendo, talvez, que eu possa interpretar o pensamento da Casa, trouxe por escrito o seguinte:

O término dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, após oito meses repletos de trabalhos intensivos, cuidadosos, rigorosos, ponderados, oferece-nos ocasião para refletir sobre o relevante serviço público que o Senado Federal prestou à Nação.

Trilhando caminhos em tudo semelhantes aos percorridos pelas grandes comissões parlamentares de inquérito, que, desde 1992, vêm marcando a vida parlamentar federal, esta Casa do Congresso Nacional investigou questão crucial para a moralidade pública e para o funcionamento das instituições governamentais. A conclusão desta missão contou, por certo, com o engajamento decidido das Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, seus integrantes, e com o respaldo da Comissão Diretora, em particular, do Presidente Antonio Carlos Magalhães.

O exame e a crítica dos procedimentos seguidos, por vezes há décadas, para apreciar solicitações de autorização de operações com títulos públicos de Municípios e Estados, a que esta Comissão se devotou com tanto empenho, evidenciaram a necessidade de adotar-se apreciável número de recomendações processuais e de critérios revistos.

O Senado, com esta Comissão, plantou um marco, um divisor de águas para as regras aplicáveis às operações com títulos públicos. Os casos examinados, referentes aos anos de 1995 e 1996, permitiram extrair lições preciosas para a definição dos casos em que tais solicitações podem ser formuladas; para os critérios que devem ser utilizados pelas instâncias instrutoras e decisoras dos processos; para os procedimentos do próprio Senado, no futuro.

Nossa Comissão, ademais, consagrou a prática, de bom-senso e de interesse público inegável, de colaborar de forma direta e imediata com os entes da Administração Pública aos quais incumbe cumprir e fazer cumprir as normas que regem a execução dessas operações. Não se aguardou o fim dos trabalhos, com a delonga tão perniciosamente significativa, para articular-se a ação desta Comissão com o Tribunal de Contas da União e com o Ministério Público, cujos representantes acompanharam, passo a passo, nossas atividades, e já puderam – desde cedo – adotar as providências de sua alçada. Ressalte-se igualmente a eficiente cooperação que o Banco Central do Brasil, a Receita Federal e a Polícia Federal prestaram, nas diversas etapas de nossa tarefa.

Esta Presidência lembra, com reconhecimento, a diuturna dedicação dos servidores do Senado no apoio aos trabalhos da Comissão. As Consultorias Legislativa e de Orçamentos, a Advocacia do Senado, a Subsecretaria de Comissões, o Prodasen, e tantos outros, não mediram esforços para a pertinência e oportunidade de nossos trabalhos e para seu êxito final.

É de destacar, ademais, a presença que a ação desta Comissão logrou alcançar no espaço e

na opinião pública. A transparência da gestão pública e o conhecimento do cuidado que o Senado toma com questões como as que investigamos são direitos do cidadão. Esta bem-vinda divulgação pôde dar-se com naturalidade e freqüência, pelos meios modernos com os quais o Senado se instrumentou recentemente: a Rádio e a TV Senado.

Podemos, assim, dar por ultimada nossa missão, com a certeza de que o serviço prestado à Nação é decisivo, tornou-se nacionalmente conhecido e reconhecido, e destina-se a modificar, para melhor, os procedimentos de decisão em matéria de títulos públicos.

Que fiquem frustrados, pois, os agourentos e sardônicos, que proclamaram que esta Comissão não daria em nada. Nossa vocação certamente não é a culinária!

Senhoras e Senhores Senadores, cumprimos nosso dever. Desdobre-lo, agora, nas ações subsequentes.

Estão, portanto, encerrados os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Obrigado a todos.

*(Levanta-se a reunião às 17h28min.)*

<p style="text-align: center;"><b>MESA</b> <b>Presidente</b> Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p style="text-align: center;"><b>1° Vice-Presidente</b> Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p style="text-align: center;"><b>2° Vice Presidente</b> Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p style="text-align: center;"><b>1° Secretário</b> Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p style="text-align: center;"><b>2° Secretário</b> Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p style="text-align: center;"><b>3° Secretário</b> Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p style="text-align: center;"><b>4° Secretário</b> Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p style="text-align: center;"><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p>1° - Emília Fernandes(*) - RS 2° - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3° - Joel de Hollanda - PFL - PE 4° - Marluce Pinto - PMDB - RR</p>	<p style="text-align: center;"><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b></p> <p>(Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emília Fernandes - (*) - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> José Roberto Arruda - PSDB - DF Wilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PFL</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Hugo Napoleão</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p>	<p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PSDB</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Sergio Machado</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> José Eduardo Dutra</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PPB</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Epitacio Cafeteira</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Lcomar Quintanilha Esperidião Amim</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PTB</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Valmir Campelo</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líder</b> Odacir Soares</p>
<p style="text-align: center;"><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Corregedor</b> (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p style="text-align: center;"><b>Corregedores - Substitutos</b> (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1° - Ramez Tebet - PMDB - MS 2° - Joel de Hollanda - PFL - PE 3° - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PMDB</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Jáder Barbalho</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	

(\*) Sem partido

Atualizada em 20/8/97

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Eleito em 19-4-95)

**Presidente:** Casildo Maldaner – PMDB – SC  
**Vice-Presidente:** José Alves – PFL – SE  
(Eleitos em 28-2-96)

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

**PFL**

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

**PSDB**

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Péres
2. José Ignácio Ferreira

**PPB (Ex-PPR + Ex-PP)**

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

**PTB**

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

**PP**

1. Antônio Carlos Valadares

**PT**

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

**PDT**

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato**  
Romeu Tuma (Corregedor)



SENADO FEDERAL  
**SECRETARIA -GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ  
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE  
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO  
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ  
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO  
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)  
CELSE ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4608)

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA  
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES	SUPLENTE		
<b>PFL</b>			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
<b>PMDB</b>			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
<b>PSDB</b>			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)</b>			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
<b>PPB</b>			
ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
<b>PTB</b>			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344

Atualizada em: 22/08/9

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRÁDE**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA**  
**(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PFL</b>			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES(**)	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	
<b>PMDB</b>			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	
<b>PSDB</b>			
LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)</b>			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
<b>PPB</b>			
ERNANDES AMORIM	RQ-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
<b>PTB</b>			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES(*)	RS-2331/37

(\*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

(\*\*) Desfilou-se do PFL em 20.08.97

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
 FAX: 311-3652

Atualizada em: 7/08/97

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET****(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)****TITULARES****SUPLENTE**

<b>PFL</b>			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES(**)	RO-3218/20

<b>PMDB</b>			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

<b>PSDB</b>			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25

<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)</b>			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

<b>PPB</b>			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

<b>PTB</b>			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

(\*\*) Desfilou-se do PFL em 20.08.97

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
 FAX: 311- 4315

Atualizada em: 18/07/97

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO -CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA**  
**VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PFL</b>			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-VAGO	
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
<b>PMDB</b>			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
<b>PSDB</b>			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)</b>			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
<b>PPB</b>			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
<b>PTB</b>			
EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

(\*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES  
 LINHARES  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 14/08/97

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

## TITULARES

## SUPLENTE

<b>PFL</b>			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES(**)	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
<b>PMDB</b>			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			
<b>PSDB</b>			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)</b>			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
<b>PPB</b>			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
<b>PTB</b>			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

(\*\*) Desfilou-se do PFL em 20.08.97

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)  
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1060

Atualizada em: 18/07/97

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
<b>PFL</b>			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
<b>PMDB</b>			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
<b>PSDB</b>			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)</b>			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	
<b>PPB</b>			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
<b>PTB</b>			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/37

(\*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

OBS: \*1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

Atualizada em: 7/08/97

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA**  
**(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)**

**TITULARES****SUPLENTES**

<b>PFL</b>			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

<b>PMDB</b>			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

<b>PSDB</b>			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)</b>			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

<b>PPB</b>			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228

<b>PTB</b>			
EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321

(\*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

**REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.**  
**SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO**  
**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496**

**SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**  
**FAX: 311-3546**

Atualizada em: 7/08/97

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL  
(SEÇÃO BRASILEIRA)  
(Designação em 25-04-95)**

**Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN  
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER  
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO  
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA**

<b>SENADORES</b>			<b>DEPUTADOS</b>		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PMDB</b>			<b>Bloco Parlamentar PFL/PTB</b>	
José Fogaça		Marluce Pinto (1)	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	<b>PFL</b>			<b>PMDB</b>	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Romero Jucá		Júlio Campos	Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	<b>PSDB</b>			<b>PSDB</b>	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo	Franco Montoro		Yeda Crusius
	<b>PPB</b>			<b>PPB</b>	
Esperidião Amin			Fetter Júnior(3,4)		João Pizzolatti
	<b>PTB</b>			<b>PP</b>	
Emilia Fernandes(5)			Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	<b>PP</b>			<b>PT</b>	
Osmar Dias(2)			Miguel Rossetto		Luiz Mainardi
	<b>PT</b>				
		Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos			

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95  
2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.  
3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.  
4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96  
5 Desfilou-se do PTB em 5-8-97

SENADO  
FEDERAL



SECRETARIA  
ESPECIAL  
DE EDITORAÇÃO  
E PUBLICAÇÕES

**EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS**